

Universidades Lusíada

Silva, Luzia dos Ramos, 1995-

Um olhar sobre a cooperação portuguesa para a redução da pobreza em São Tomé e Príncipe : estudo de caso de projetos

<http://hdl.handle.net/11067/6190>

Metadados

Data de Publicação	2021
Resumo	<p>Sob o tema “Um olhar sobre a cooperação portuguesa para a redução da pobreza em São Tomé e Príncipe - estudo de caso de projetos”, a presente dissertação espelha o resultado da investigação desenvolvida como parte dos requisitos exigidos pela Universidade Lusíada de Lisboa para a conclusão do curso de mestrado em Relações Internacionais. O estudo procurou indagar se os projetos de luta contra a pobreza, devidamente identificados, implementados através da cooperação portuguesa, em STP, nos último...</p> <p>Under the theme "A look at Portuguese cooperation for poverty reduction in São Tomé and Príncipe - case study of the project", this dissertation reflects the result of the research developed within the scope of the requirements required by the Lusíada University of Lisbon for the completion of the master's course in International Relations. The study sought to asses whether the projects to combat poverty, properly identified, implemented through Portuguese cooperation, in STP, in the last fiftee...</p>
Palavras Chave	Pobreza - São Tomé e Príncipe - Cooperação internacional, Pobreza - Política governamental - São Tomé e Príncipe, Assistência económica portuguesa - São Tomé e Príncipe, São Tomé e Príncipe - Relações externas - Portugal, Portugal - Relações externas - São Tomé e Príncipe
Tipo	masterThesis
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-FD] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2025-05-17T09:31:43Z com informação proveniente do Repositório



UNIVERSIDADE LUSÍADA

FACULDADE DE DIREITO

Mestrado em Relações Internacionais

**Um olhar sobre a cooperação portuguesa para a redução da
pobreza em São Tomé e Príncipe: estudo de caso de
projetos**

Realizado por:
Luzia dos Ramos Silva

Orientado por:
Prof. Doutor Cristiano José da Ponte Cabrita

Constituição do Júri:

Presidente: Prof. Doutor José Alberto Rodriguez Lorenzo González
Orientador: Prof. Doutor Cristiano José da Ponte Cabrita
Arguente: Prof. Doutor Luís Eduardo Marquês Saraiva

Dissertação aprovada em: 22 de fevereiro de 2022

Lisboa

2021



U N I V E R S I D A D E L U S Í A D A

FACULDADE DE DIREITO

Mestrado em Relações Internacionais

**Um olhar sobre a cooperação portuguesa
para a redução da pobreza em
São Tomé e Príncipe - estudo de caso de projetos**

Luzia dos Ramos Silva

Lisboa

agosto 2021



U N I V E R S I D A D E L U S Í A D A

FACULDADE DE DIREITO

Mestrado em Relações Internacionais

**Um olhar sobre a cooperação portuguesa
para a redução da pobreza em
São Tomé e Príncipe - estudo de caso de projetos**

Luzia dos Ramos Silva

Lisboa

agosto 2021

Luzia dos Ramos Silva

Um olhar sobre a cooperação portuguesa
para a redução da pobreza em
São Tomé e Príncipe - estudo de caso de projetos

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da
Universidade Lusíada para a obtenção do grau de
Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Doutor Cristiano José da Ponte
Cabrita

Lisboa

agosto 2021

FICHA TÉCNICA

Autora Luzia dos Ramos Silva
Orientador Prof. Doutor Cristiano José da Ponte Cabrita
Título Um olhar sobre a cooperação portuguesa para a redução da pobreza em São Tomé e Príncipe - estudo de caso de projetos
Local Lisboa
Ano 2021

MEDIATECA DA UNIVERSIDADE LUSÍADA - CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

SILVA, Luzia dos Ramos, 1995-

Um olhar sobre a cooperação portuguesa para a redução da pobreza em São Tomé e Príncipe : estudo de caso de projetos / Luzia dos Ramos Silva ; orientado por Cristiano José da Ponte Cabrita. - Lisboa : [s.n.], 2021. - Dissertação de mestrado em Relações Internacionais, Faculdade de Direito da Universidade Lusíada.

I - CABRITA, Cristiano José da Ponte, 1977-

LCSH

1. Pobreza - São Tomé e Príncipe - Coperação internacional
2. Pobreza - Política governamental - São Tomé e Príncipe
3. Assistência económica portuguesa - São Tomé e Príncipe
4. São Tomé e Príncipe - Relações externas - Portugal
5. Portugal - Relações externas - São Tomé e Príncipe
6. Universidade Lusíada. Faculdade de Direito - Teses
7. Teses - Portugal - Lisboa

1. Poverty - Sao Tome and Principe - International cooperation
2. Poverty - Governmental policy - Sao Tome and Principe
3. Economic assistance, Portuguese - Sao Tome and Principe
4. Sao Tome and Principe - Foreign relations - Portugal
5. Portugal - Foreign relations - Sao Tome and Principe
6. Universidade Lusíada. Faculdade de Direito - Dissertations
7. Dissertations, academic - Portugal - Lisbon

LCC

1. HC965.P6 S55 2021

Aos meus pais, familiares e amigos com
muita gratidão e consideração. À São Tomé e
Príncipe, minha pátria amada.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à Deus por toda força que me deu durante essa caminhada. Agradeço-te por tudo, meu Pai!

Em segundo lugar, agradeço aos meus pais por todo o incentivo, por segurarem nas minhas mãos sempre que precisei, pela educação que me deram, por todo o esforço que fizeram para que eu chegasse até aqui. Muito obrigada por tudo!

De seguida, expresso a minha consideração aos meus colegas de curso, com os quais, durante anos, partilhei momentos de amizade, convivência e de crescimento pessoal e académico.

Agradeço à Fundação Minerva- Cultura Ensino e Investigação Científica, à todo o seu quadro de pessoal docente e não-docente, pela oportunidade que me conferiram de realizar um mestrado em Portugal, observando os mais elevados padrões internacionais.

Manifesto também a minha gratidão especial ao Professor Doutor José Cristiano José da Ponte Cabrita, pela orientação prestada e pela predisposição demonstrada, quer no quadro da realização da investigação, quer no quadro das aulas das unidades curriculares de Os Grandes Problemas Contemporâneos.

Permitam-me igualmente deixar uma palavra de reconhecimento à todos os responsáveis das instituições que se dignaram em participar do estudo. Sem a prestimosa colaboração destes, não seria possível desenvolver a investigação de que resultou o trabalho ora em presença.

Por último, agradeço à todos aqueles que não são aqui referidos mas que de alguma forma contribuíram para que o desenvolvimento da presente dissertação fosse possível.

Bem-haja a todos!

“Vencer a pobreza não é um gesto de caridade. É um ato de justiça. É proteção de um direito fundamental, o direito à dignidade e a vida decente”

Mandela, N. *apud* PÚBLICO (2013) - Mandela, nas suas palavras. Público [Em linha]. (6 dez. 2013). [Consult. 2 ago. 2021. Disponível em WWW:<URL:<https://www.publico.pt/2013/12/06/mundo/noticia/mandela-nas-suas-palavras-1615276>>.

APRESENTAÇÃO

Um olhar sobre a cooperação portuguesa para a redução da pobreza em São Tomé e Príncipe- estudo de caso de projetos

Luzia dos Ramos Silva

Sob o tema “Um olhar sobre a cooperação portuguesa para a redução da pobreza em São Tomé e Príncipe - estudo de caso de projetos”, a presente dissertação espelha o resultado da investigação desenvolvida como parte dos requisitos exigidos pela Universidade Lusíada de Lisboa para a conclusão do curso de mestrado em Relações Internacionais. O estudo procurou indagar se os projetos de luta contra a pobreza, devidamente identificados, implementados através da cooperação portuguesa, em STP, nos últimos quinze anos, revelaram-se eficazes em termos de resultados, tendo sido para efeito levantadas duas hipóteses, sendo uma positiva e outra negativa.

Quanto à metodologia, a investigação assumiu uma natureza qualitativa, na modalidade de estudo de casos, amparada pelo paradigma interpretativo da realidade.

Na recolha de dados, aplicou-se a técnica de inquérito por entrevista. Para o tratamento dos dados, utilizou-se análise de conteúdos. Os entrevistados foram os diretores e coordenadores de algumas instituições e organizações não governamentais que trabalham em parceria com o governo português em São Tomé e Príncipe para a erradicação da pobreza no país. Relativamente aos principais resultados, pode referir-se que a maioria dos entrevistados são de acordo que a cooperação entre a República Democrática de São Tomé e Príncipe e o governo português contribui para a erradicação da pobreza no país.

Em face desta conclusão, pode-se afirmar que foi cumprido o objetivo geral da investigação, bem como o objetivo específico número 1.

No que diz respeito ao objetivo específico número 2, pode ressaltar-se que o público-alvo a que se destina os projetos de luta contra a pobreza são os idosos, as crianças e jovens em situação de risco entre outros.

Reportando-se ao objetivo específico número 3, constatou-se que existem várias instituições que trabalham em parceria com o governo português para a erradicação da pobreza em São Tomé e Príncipe.

Palavras-chave: pobreza, parceria, governo português, São Tomé e Príncipe

PRESENTATION

A look at Portuguese cooperation for poverty reduction in São Tomé and Príncipe – case study of project

Luzia dos Ramos Silva

Under the theme "A look at Portuguese cooperation for poverty reduction in São Tomé and Príncipe - case study of the project", this dissertation reflects the result of the research developed within the scope of the requirements required by the Lusíada University of Lisbon for the completion of the master's course in International Relations. The study sought to assess whether the projects to combat poverty, properly identified, implemented through Portuguese cooperation, in STP, in the last fifteen years, proved to be effective in terms of results, and two hypotheses were raised, one positive and the other negative.

Regarding the methodology, the investigation assumed a qualitative nature, in the case study modality, based on the interpretative paradigm of reality.

In the data collection, the interview survey technique was applied. For the processing of data, content analysis was used. The interviewees were the directors and coordinators of some institutions and non-governmental organizations working in partnership with the Portuguese government in São Tomé and Príncipe to eradicate poverty in the country. Regarding the main results, it can be noted that the majority of respondents agree that cooperation between the Democratic Republic of São Tomé and Príncipe and the Portuguese government contributes to the eradication of poverty in the country.

In view of this conclusion, it can be stated that the overall objective of the investigation has been met, as well as the specific objective number 1.

With regard to specific objective number 2, it can be emphasized that the target audience for anti-poverty projects are the elderly, children and young people at risk, among others.

Referring to specific objective number 3, it was found that there are several institutions working in partnership with the Portuguese government for the eradication of poverty in São Tomé and Príncipe.

Keywords: poverty, partnership, government Portuguese, Sao Tome and Principe.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Mapa de São Tomé e Príncipe (France. Ministère de l'Europe et des Affaires étrangères, 2018).....	34
Ilustração 2 - Participação da população e taxa de pobreza por setor de trabalho e faixa etária (somente famílias chefiadas por mulheres). (República Democrática de São Tomé e Príncipe. Instituto Nacional de Estatística, 2020, p. 24).	36
Ilustração 3 - Causas da pobreza em São Tomé e Príncipe relatadas pelas pessoas. (República Democrática de São Tomé e Príncipe. Instituto Nacional de Estatística, 2020, p. 38).	37

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Fluxos de cooperação para o Desenvolvimento	31
Tabela 2 - Três graus de pobreza segundo Sachs	33
Tabela 3 - Os tradicionais vetores da política externa portuguesa e as suas características	41
Tabela 4 - Eixos e áreas de atuação GEP/MTSSS.....	54
Tabela 5 - Objetivos gerais e específicos da Casa dos Pequenininos.....	56
Tabela 6 - Objetivos gerais e específicos do projeto PDI Lembá	58
Tabela 7 - Descrição geral das entidades e das entrevistas	59
Tabela 8 - Tratamento qualitativo de dados referentes à P7.....	61
Tabela 9 - Projetos Estudados	64
Tabela 10 - Identificação e caracterização dos beneficiários.....	64
Tabela 11 - Tratamento qualitativo de dados referentes à P1.....	93
Tabela 12 - Tratamento qualitativo de dados referentes à P2.....	96
Tabela 13 - Tratamento qualitativo de dados referentes à P3.....	99
Tabela 14 - Tratamento qualitativo de dados referentes à P4.....	101
Tabela 15 - Tratamento qualitativo de dados referentes à P5.....	103
Tabela 16 - Tratamento qualitativo de dados referentes à P6.....	105

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

ARCAR	- Associação Para Reinserção das Crianças Abandonadas e em Situação de Risco
BM	- Banco Mundial
CAD	- Comité de Ajuda ao Desenvolvimento
CFP-STP	- Centro de Formação Profissional de São Tomé e Príncipe
CONFHIC	- Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição
CPLP	- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DAF	- Direção Administrativa e Financeira
DPSSF	- Direção de Proteção Social, Solidariedade e Família
DTEFP	- Direção de Trabalho Emprego e Formação Profissional
GEP	- Gabinete de Estratégia e Planeamento
GEP/MTSSS	- Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho Solidariedade e Segurança Social
GEPCP	- Gabinete de Estudos, Planeamento e Coordenação de Parcerias
IGT	- Inspeção Geral do Trabalho
IOF	- Inquérito ao Orçamento Familiar
MTSFFP	- Ministério do Trabalho Solidariedade Família e Formação Profissional
NATO-	- Organização do Tratado do Atlântico Norte
OCDE-	- Organização Para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODS	- Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OIT	- Organização Internacional do Trabalho
ONG	- Organização Não Governamental
ONU	- Organização das Nações Unidas
PALOP	- Países Africanos de Língua Oficial Portugal
PDI LEMBÁ	- Projeto de Desenvolvimento Integrado Para o Distrito de Lembá
PEC	- Programa Estratégico de Cooperação
PNB	- Produto Nacional Bruto
PPA	- Programas Projetos e Ações
RDSTP	- República Democrática de São Tomé e Príncipe

STP - São Tomé e Príncipe

SUMÁRIO

1. Introdução	24
1.1. Contexto de estudo	25
1.2. Objetivos da investigação.....	26
1.2.1. Objetivo geral	26
1.2.2. Objetivos específicos.....	26
1.3. Questão de investigação	27
1.4. Hipóteses de investigação.....	27
2. Metodologia.....	28
2.1. Natureza da investigação e enquadramento paradigmático	28
2.2. Instrumento e técnicas de recolha de dados	29
2.2.1. Inquérito por entrevista.....	29
3. A Cooperação entre São Tomé e Príncipe e Portugal no combate À POBREZA ...	30
3.1. Conceito de cooperação para o desenvolvimento	30
3.2. Conceito de pobreza	31
3.2.1 Caracterização da pobreza na República Democrática de São Tomé e Príncipe (RDSTP)	33
3.3. A política externa portuguesa	37
3.3.1. A origem do conceito de Política Externa	37
3.3.2. Os tradicionais vetores da política externa portuguesa	39
3.3.3. Breves traços sobre Portugal pós 25 de Abril e a situação das ex. colónias portuguesas após a independência.....	42
3.4. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	43
3.5. Portugal na CPLP.....	46
3.6. A cooperação entre São Tomé e Príncipe e Portugal	48
3.6.1. O Ministério do Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional (MTSFFP) de São Tomé e Príncipe	50
3.6.2. O Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social de Portugal	52
3.7. Projetos de luta contra a pobreza financiados por Portugal em São Tomé e Príncipe	55
3.7.1. A casa dos pequeninos/Cáritas de São Tomé e Príncipe	55
3.7.2. Projetos de desenvolvimento integrado para o distrito de Lembá	56
4. Apresentação e discussão dos resultados	59
4.1. Descrição geral	59
4.2. Dados das entrevistas	60
4.2.1. Discussão dos dados gerais	62
4.3. Análise documental	63

5. Conclusão	67
5.1. Principais conclusões	67
5.2. Implicações do estudo	68
5.3. Limitações do estudo	68
5.4. Sugestão para investigações futuras	69
Referências	71
Apêndices	79
Apêndice A	83
Apêndice B	87
Apêndice C	91

1. INTRODUÇÃO

A erradicação da pobreza, a nível mundial, é uma temática em voga e representa um dos assuntos mais prementes da agenda internacional.

As questões associadas à essa pretensão têm merecido reflexão da Comunidade Internacional (CI), sendo objeto de discussão em diferentes palcos, tais como reuniões dos líderes mundiais, grupos de reflexão nacionais, conferências, *workshop*, nas comunidades académicas e nos outros fóruns nacionais e internacionais.

De igual modo, fruto da aludida reflexão têm sido engendradas ações diversas e projetos, alguns com apoios financeiro, técnico e logístico, ou seja, da Comunidade Internacional, implementado, sobretudo, em países em desenvolvimento (e noutros), com o objetivo de se erradicar a pobreza extrema e a fome, tal como prevê o número 1 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), inscritos na Agenda 2030 da Nações Unidas.

Falando ainda sobre os ODS, temos que frisar também sobre São Tomé e Príncipe (STP) e o cumprimento dos mesmos. Este país segundo um relatório das Organização das Nações Unidas (ONU), tem notas positivas no que toca ao cumprimento dos ODS 12, sobre de produção e consumo sustentáveis e no 14 sobre a proteção da vida marinha. Ainda segundo este relatório, os desafios desse país, situam-se nos ODS de erradicação da pobreza (n.º 1), saúde de qualidade (n.º 3), igualdade de género (n.º 5), água potável e saneamento (n.º 6), energias renováveis e acessíveis (n.º 7), trabalho digno e crescimento económico (n.º 8) e indústria, inovação e infraestruturas (n.º 9). Ainda assim, São Tomé e Príncipe foi colocado na posição 95 de 162 países, tendo tido uma pontuação de 65,5 em 100 no desenvolvimento sustentável. (Agência Lusa, 2019).

A República Democrática de São Tomé e Príncipe (RDSTP) é um dos membros da Comunidade Internacional, considerado país em desenvolvimento, onde a pobreza incide em cerca de 66,7%, da população. Assim, no quadro da cooperação com os diferentes parceiros bilaterais e multilaterais, o país tem tido apoios para a implementação de vários projetos de desenvolvimento em diferentes setores da vida nacional.

Sendo a pobreza extrema uma realidade que ameaça a dignidade da vida das pessoas, limitando-a, muitas vezes, o acesso a bens básicos, tais como alimentação, água potável, saúde, educação, cultura, lazer, entre outros, que o ser humano necessita para integrar de forma harmónica na sociedade, a presente investigação procurou indagar de que forma a cooperação entre São Tomé e Príncipe e Portugal contribui para que, num futuro próximo, esse primeiro país venha a atingir o objetivo de erradicação da pobreza, pelo menos, na sua forma extrema.

Vale ressaltar também, que o atual governo são-tomense¹, estabeleceu no seu programa quatro eixos estratégicos sendo eles os seguintes: aprofundamento do estado de direito democrático; Crescimento económico robusto e criação acelerada de emprego; melhoria da qualidade de saúde e proteção social; política externa ao serviço de desenvolvimento. No nosso trabalho nos focaremos no terceiro eixo, uma vez que, é o que mais se relaciona com o nosso tema foco, a pobreza. (República Democrática de São Tomé e Príncipe, 2018, p. 4).

Em termos de estrutura, para além do presente capítulo de introdução, através do qual são apresentados o contexto de estudo, os objetivos da investigação, a questão de investigação e as hipóteses levantadas, a dissertação é composta por mais cinco capítulos, a saber: Capítulo II – Metodologia; Capítulo III –A Cooperação Entre São Tomé e Príncipe e Portugal No Combate à Pobreza; Capítulo IV- Apresentação e Discussão de Resultados, Capítulo V - Conclusões. São Ainda partes do documento as Referência Bibliográficas e os Anexos.

1.1. CONTEXTO DE ESTUDO

A Agenda 2030 das Nações Unidas sobre os objetivos de Desenvolvimento Sustentável, aprovada em 2015, prevê, entre outros objetivos, que até 2030, a Comunidade Internacional deverá reduzir, a nível global, pelo menos à metade o número de homens, mulheres e crianças a viverem em situação de pobreza.

Assim, porque nos foi conferida a oportunidade de desenvolver uma investigação, a consubstanciar-se na apresentação de uma dissertação, como parte dos requisitos exigidos pela Universidade Lusíada de Lisboa, para a conclusão do mestrado em Relações Internacionais (RI), e sendo Portugal um parceiro incontornável do Estado

¹ XVII Governo constitucional chefiado por Jorge Lopes Bom Jesus (Graça, 2018)

são-tomense no processo de desenvolvimento, com intervenção em diversos setores da vida nacional, tais como a educação, a saúde e proteção social, abarcando ainda a formação militar, a cooperação policial e justiça (Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, 2016), suscitou-nos curiosidade académica no sentido de indagar os aspetos concretos da cooperação entre Portugal e a República Democrática de São Tomé e Príncipe suscetíveis de se evidenciarem como contributo para a erradicação da pobreza neste último país.

Neste trabalho, fazemos um estudo de caso de dois projetos sendo: Projeto de Desenvolvimento Integrado para o Distrito de Lembá e a Casa dos Pequeninos/Cáritas de São Tomé e Príncipe, implementados por Portugal com o objetivo de erradicar a pobreza em São Tomé e Príncipe. Abordaremos igualmente sobre a relação de cooperação entre os dois ministérios responsáveis pela área em estudo (pobreza), sendo eles, o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social de Portugal e o Ministério do Emprego e Assuntos Sociais de São Tomé e Príncipe.

1.2. OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO

A presente investigação foi norteadada pelos objetivos geral e específicos que se apresentam abaixo:

1.2.1. OBJETIVO GERAL

Constituiu objetivo geral da investigação compreender em que medida a cooperação existente entre a República Democrática de São Tomé e Príncipe e Portugal tem contribuído para a erradicação da pobreza no país.

1.2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

A investigação visa atender cumulativamente os objetivos específicos seguintes:

- Identificar dois projetos de luta contra a pobreza financiados e/ou executados por Portugal nos últimos quinze anos em São Tomé e Príncipe;
- Identificar e proceder à caracterização dos beneficiários diretos (público-alvo) de tais projetos;

- Identificar as entidades nacionais e/ou parceiros implicados na implementação desses mesmos projetos;
- Desvendar a razão por que persiste o índice elevado de pobreza em STP, não obstante a execução dos projetos identificados.

1.3. QUESTÃO DE INVESTIGAÇÃO

A investigação ora reportada foi desenvolvida no sentido de responder essencialmente à pergunta de partida seguinte:

Os projetos de luta contra a pobreza, devidamente identificados, implementados através da cooperação portuguesa, em STP, nos últimos quinze anos, revelaram-se eficazes em termos de resultados?

1.4. HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO

Em face da questão de investigação, foram sugeridas hipóteses em ordem paritárias, sendo uma afirmativa e outra negativa, como se apresentam abaixo:

Hipótese Nº 1 (Afirmativa): Os projetos de luta contra a pobreza identificados revelaram-se eficazes.

Hipótese Nº 2 (Negativa): Não obstante os esforços empreendidos e os recursos alocados, os projetos identificados não cumpriram os objetivos para os quais foram concebidos, não sendo possível, por isso, reconhecer-lhes eficácia.

2. METODOLOGIA

A conceção deste capítulo tem como propósito a apresentação da metodologia utilizada em sede da investigação.

2.1. NATUREZA DA INVESTIGAÇÃO E ENQUADRAMENTO PARADIGMÁTICO

No âmbito das Ciências Sociais, as investigações poderão assumir diferentes naturezas, a saber, qualitativa, quantitativa ou mista, de acordo com o problema a investigar e dos objetivos definidos.

Nesta lógica de pensamento, Simões (*apud* Pinto, 2017, p. 32) afirma que ““não há métodos perfeitos, sejam eles quantitativos ou qualitativos, [...] sendo em relação a um problema particular que um deles pode melhor adequar-se.””

Tendo em atenção a citação acima, e os objetivos geral e específicos definidos pareceu-nos adequado que o trabalho assumisse a natureza qualitativa, na modalidade de estudo de casos, amparada pelo paradigma interpretativo da realidade.

A esse respeito, Bogdan, Robert C. (1994, p. 48) afirmam:

A investigação qualitativa é descritiva. Os dados recolhidos são em forma de palavras ou imagens não de números. Os resultados escritos da investigação contêm citações feitas com base nos dados para ilustrar e substanciar a apresentação.

Os dados incluem transcrições de entrevistas, notas de campo, fotografias, vídeos, documentos pessoais, memorando e outros registos oficiais. Na sua busca de conhecimento, os investigadores qualitativos não reduzem as muitas páginas contendo narrativas e outros dados e símbolos numéricos. Tentam analisar os dados em toda a sua riqueza, respeitando, tanto quanto possível, a forma em que estes foram registados e transcritos.

Coutinho (2014), referindo-se sobre os paradigmas, afirmou que esse conceito “pode definir-se como conjunto articulado de postulados, de valores conhecidos, de teorias comuns e de regras que são aceites por todos os elementos de uma comunidade científica num dado momento histórico.”

Falando sobre o paradigma interpretativo propriamente dito, a autora, defende que este paradigma “pretende substituir as noções científicas de explicação, previsão e controlo [...] pelas de compreensão, significado e ação.” (2014, p. 17)

No que se refere ao estudo de caso, Severino afirma que é o “tipo de pesquisa que se concentra em um estudo de caso particular, considerado representativo de um conjunto de casos análogos por ele significativamente representativo” (*apud* Quiles, 2019). No nosso trabalho em concreto, optaremos por estudar dois casos de forma isolada de modo a melhor reforçar os resultados que viermos a chegar.

2.2. INSTRUMENTO E TÉCNICAS DE RECOLHA DE DADOS

Para efeito de recolha de dados, o instrumento utilizado foi o guião de entrevista, suportado pela técnica de inquérito por entrevista.

2.2.1. INQUÉRITO POR ENTREVISTA

Para a realização da investigação, foi elaborado um guião de entrevista, dirigido ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social de Portugal, à uma instituição pública em São Tomé e Príncipe revestindo o nível orgânico de Ministério, e à duas ONG`s consideradas relevantes em São Tomé e Príncipe. O guião continha 7 perguntas, todas elas abertas, e optamos pela aplicação de entrevistas semiestruturadas.

De acordo com Oliveira, Martins e Vasconcelos (2012, p. 6) “as entrevistas semiestruturadas compõem-se de várias questões-chave que ajudam a definir as áreas a serem exploradas, mas também permitem o entrevistador e entrevistado a divergiem-se a fim de obter uma ideia ou resposta em mais detalhes.”

Os autores, (2012, p. 6), defendem que estes tipos de entrevistas “são flexíveis, não estão presas a questões padronizadas e permitem obter profundidade de conhecimento nos fenómenos investigados [...]”.

3. A COOPERAÇÃO ENTRE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE E PORTUGAL NO COMBATE À POBREZA

A conceção deste capítulo de revisão de literatura teve como objetivo, fazermos o enquadramento teórico do problema sob investigação. No mesmo, abordaremos sobre o início da cooperação entre São Tomé e Príncipe e Portugal.

3.1. CONCEITO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Segundo (Dicionário da Língua Portuguesa, 2008, p. 195) o termo cooperar significa “trabalhar com alguém para um mesmo fim, colaborar”.

Nas palavras de (Mendes, F, 2014, p. 62) cooperar é “*agir conjuntamente com o outro, ou interagir em vista à realização de um fim comum*”. Esses objetivos em comum só serão atingidos se as partes envolvidas tiverem um mesmo propósito, neste sentido, o autor, *op cit* (2014, p. 62), defende que o sucesso na obtenção de objetivos comuns depende de determinadas condições que a cooperação implica, tais como: um consenso em relação aos fins a atingir, a existência dos mesmos interesses, a confiança entre os atores, a elaboração em comum de um conjunto de regras, um acordo sobre o modo de coordenação das ações, a participação ativa de todos os elementos, etc.

De acordo com (Sato, Eiiti, 2010, p. 46) a cooperação se constitui no canal pelo qual uma nação mantém-se conectada com padrões económicos e sociais predominantes e com principais tendências em curso no plano da ciência e do conhecimento, bem como de suas aplicações e benefícios.

A literatura especializada indica diversos modelos ou tipologias de cooperação. Contudo, no presente trabalho, interessa-nos analisar a cooperação para o desenvolvimento, que se insere na linha geral da nossa investigação.

(Singens, 2005, p. 23) ,define cooperação para o desenvolvimento como um conjunto de ações que permitem uma união política, económica, cultural e social entre os países desenvolvidos, incluindo o Estado, as autoridades locais e regionais e as organizações não-governamentais para o desenvolvimento (ONGD), através de fornecimento de fluxos financeiros, equipamento e recursos humanos aos países em via de desenvolvimento (PVD), beneficiários desses fluxos, tendo como principal objetivo o desenvolvimento económico e o bem estar das populações desses países recetores.

Na mesma linha de pensamento, (Afonso, Maria, s/d) afirma que esse conceito é muito abrangente e reforça que esses fluxos variam quanto à origem e natureza tendo como principal objetivo ajudar os países mais frágeis em termos económicos e sociais.

A autora, *op cit*, elaborou uma tabela demonstrativa desses fluxos de cooperação para o desenvolvimento, tal como consta abaixo:

Tabela 1- Fluxos de cooperação para o Desenvolvimento

ITEM	FLUXOS DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
1	Fluxos Públicos
1.1	Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) (cooperação técnica, ajuda alimentar, alívio da dívida, apoio ao Orçamento, etc.)
1.2	Outros Fluxos Oficiais (OFO) (empréstimos, créditos à exportação, etc.)
2	Donativos das ONG
3	Fluxos Privados (investimento direto, empréstimos bancários, créditos privados à exportação, etc.)

Fonte: Adaptado a partir de: (Afonso, Maria, s/d)

3.2. CONCEITO DE POBREZA

Quando falámos de pobreza, a ideia é associarmos esse termo com a falta de dinheiro ou de bens materiais, ou seja, pensarmos apenas em termos económicos. No entanto, para (Mendes, F, 2014, p. 186) sobre esse aspeto escreveu:

“Não podemos abordar a pobreza apenas sob o ponto de vista económico: um bilhão de homens e mulheres não sabem ler nem escrever; um bilhão de homens e mulheres não têm acesso a água potável; 800 milhões conhecem a fome e a incerteza alimentar; um terço da população mundial nunca usou telefone [...]”

Partilhando da mesma ideia, as (Nações Unidas, Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental, 2019) nos diz que a pobreza envolve mais do que a falta de recursos humanos e de rendimentos que garantem meios de subsistência sustentáveis. Ela

manifesta-se através de vários aspetos como: fome, má nutrição, falta de acesso limitado à educação e outros serviços, exclusão social, entre outros.

(Mendes, F, 2014, p. 186) afirma que pobreza “é definida por referência às necessidades mínimas e básicas exigidas para levar uma vida saudável”. Na mesma linha de pensamento, (Amado, L., 2014, p. 54) afirma que “os economistas como cientistas sociais que são, definiram a pobreza como nível de rendimento abaixo do custo de vida estimado do nível de subsistência”

Segundo Sachs citado em (Oliveira, Marcus, 2017), a pobreza impede o desenvolvimento de qualquer país. Principalmente o desenvolvimento económico e, para que tal não aconteça, é necessário que o Estado e as demais instituições deste país, trabalhem em conjunto. Sendo assim, necessário se torna identificar e financiar os projetos prioritários, criar condições propícias ao investimento, manter a credibilidade do sistema judicial e assegurar um clima de paz e segurança que estimule a confiança no futuro. Quando um Estado não cumpre esses requisitos, são chamados de Estados Falhados, onde reinam os golpes de Estados, guerras, entre outros, que de nada contribuem para o desenvolvimento económico.

(Costa, Fernanda, 2008, p. 92) ,fazendo referência a Sachs (2005) elabora uma tabela em que demonstra os três graus de pobreza segundo este autor, conforme se representa abaixo:

Tabela 2 - Três graus de pobreza segundo Sachs

ITEM	CONCEITO	NOÇÃO
1	Pobreza extrema	Pobreza extrema refere-se à condição em que as famílias não conseguem nem ao menos ter acesso a meios básicos de subsistência. Elas são assoladas pela fome crônica, não conseguem ter acesso a tratamento de saúde, não desfrutam de água potável segura e sistema de saneamento básico, não possuem condições de custear a educação de algumas ou de todas as suas crianças, e por vezes são desprovidas de condições elementares de moradia e itens básicos de vestimenta, entre outros
2	Pobreza moderada	Diz respeito às condições nas quais as necessidades básicas são supridas, embora com grande dificuldade
3	Pobreza relativa	É definida como uma renda familiar abaixo da média nacional. Em países com uma média de renda elevada, os relativamente pobres não têm acesso à cultura, entretenimento, lazer e a um tratamento de saúde e educação de qualidade, entre outros pré-requisitos para a mobilidade social.

Fonte: Adaptado a partir de: (Costa,Fernanda, 2008, p. 92)

Os dados do Banco Mundial (BM) (2016), indicam que cerca de 800 milhões de pessoas vivem com menos de 1,90 dólares por dia, (esse que é o atual indicador da pobreza extrema)(Jornal Económico, 2016). De acordo com a (Lusa, 2016) *“metade dessas pessoas estão hoje na África Subsaariana e um terço no Sul da Ásia”*.

No entanto, (Banco Mundial, 2016, p. 11) refere que o número de pessoas que vivem em pobreza extrema diminuiu para menos de 10% da população global. Ainda assim, há muitos desafios pela frente concernente à redução da pobreza de acordo com o estabelecido nos ODS e na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

3.2.1 CARACTERIZAÇÃO DA POBREZA NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE (RDSTP)

Segundo o (The World Bank Group, 2020) RDSTP é um país insular com aproximadamente 1001 Km² e composto por duas ilhas: a ilha de São Tomé e a do Príncipe. Podemos classificar este país como: “um Estado em desenvolvimento, baixo

rendimento, de economia frágil e muito vulnerável a choques exógenos. País situado no Golfo da Guiné, a 350 Km da Costa Ocidental da África e tem um Produto Interno Bruto Nacional (PNB) per capita de US\$ 1.960 em 2019.”

Este país de língua portuguesa, tem aproximadamente 210240 habitantes e a maioria da população é jovem. Isto é, “a idade média dos homens é de 22 (e dos chefes de família, 46,4) anos. A idade média das mulheres é de 22,5% (e das chefes de família, 46,4) anos. Neste país, 30% das pessoas têm menos de 10 anos de idade e aproximadamente duas em cada cinco pessoas têm menos de 15 anos”. (República Democrática de São Tomé e Príncipe. Instituto Nacional de Estatística, 2020, p. 6)

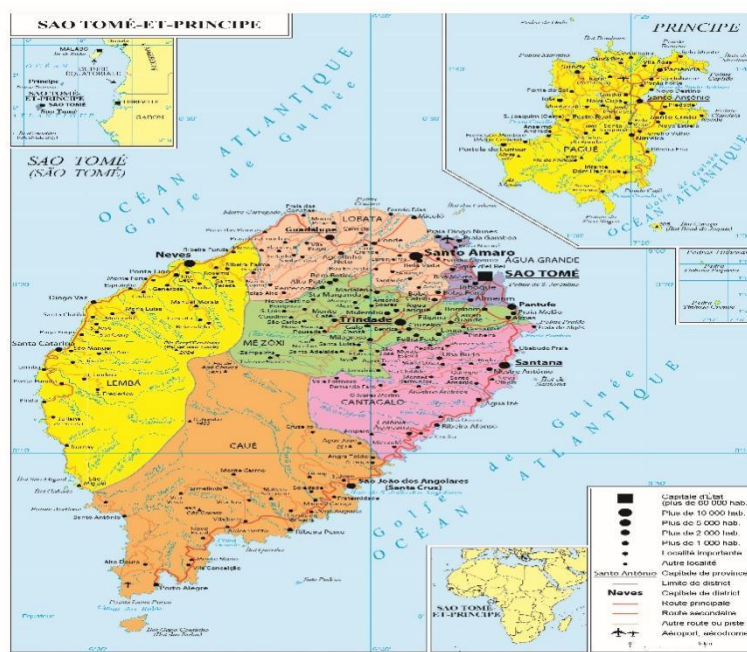


Ilustração 1- Mapa de São Tomé e Príncipe (France. Ministère de l'Europe et des Affaires étrangères, 2018).

Segundo os dados do Inquérito ao Orçamento Familiar (IOF) (República Democrática de São Tomé e Príncipe. Instituto Nacional de Estatística, 2020), a pobreza incide em cerca de 66,7%, da população são-tomense. De acordo com o (The World Bank Group, 2020) cerca de um terço da população são-tomense vive com menos de US\$1,90 por dia, abaixo da linha internacional de pobreza, e que mais de dois terços da população é pobre, utilizando a linha de pobreza mais elevada do Banco Mundial de US\$3,20 por dia. As áreas urbanas e bairros do Sul, como Caué e Lembá², têm níveis mais elevados de incidência da pobreza”. Sendo que este mal atinge maioritariamente grupos como:

² Dois dos seis distritos da ilha de São Tomé

casais com filhos e famílias alargadas, crianças e idosos, pessoas em situação de desemprego ou que estejam em situação de trabalho informal.

De acordo com a Agenda de Transformação no Horizonte -2030, no mercado de trabalho a população mais vulnerável à pobreza “são os trabalhadores independentes do setor privado agrícola (68,4%) e do setor privado não-agrícola (67,7%), enquanto os outros registam taxas de pobreza inferiores a 60% e os ativos do setor dos serviços e o sector da transformação são os que menos estão expostos à pobreza.”(República Democrática de São Tomé e Príncipe. Governo, 2015, p. 13)

Em São Tomé e Príncipe, as mulheres são mais vulneráveis à pobreza. Pois, grande parte delas se tornam muito cedo chefes de família e não contam com apoio dos seus parceiros.

Nesta ordem de pensamento, o IOF pode-se observar que:

“As taxas de pobreza são mais altas entre os agregados familiares chefiados por uma mulher que trabalha no setor primário ou secundário. Cerca de 45% das mulheres que são chefes de família estão desempregadas ou fora da força do trabalho. Outros 43,6% trabalham no setor terciário. A taxa de pobreza é de 66,5% para famílias com um chefe desempregado ou fora da força de trabalho e de 54,1% para aqueles com um chefe que trabalha no setor terciário. Os agregados familiares cuja mulher chefe de família trabalha no setor primário estão entre os mais pobres, com uma taxa de pobreza de 71%, enquanto a taxa de pobreza entre os agregados familiares chefiados por mulheres empregadas no setor secundário é de 72%”. (República Democrática de São Tomé e Príncipe. Instituto Nacional de Estatística, 2020, p. 23-24).

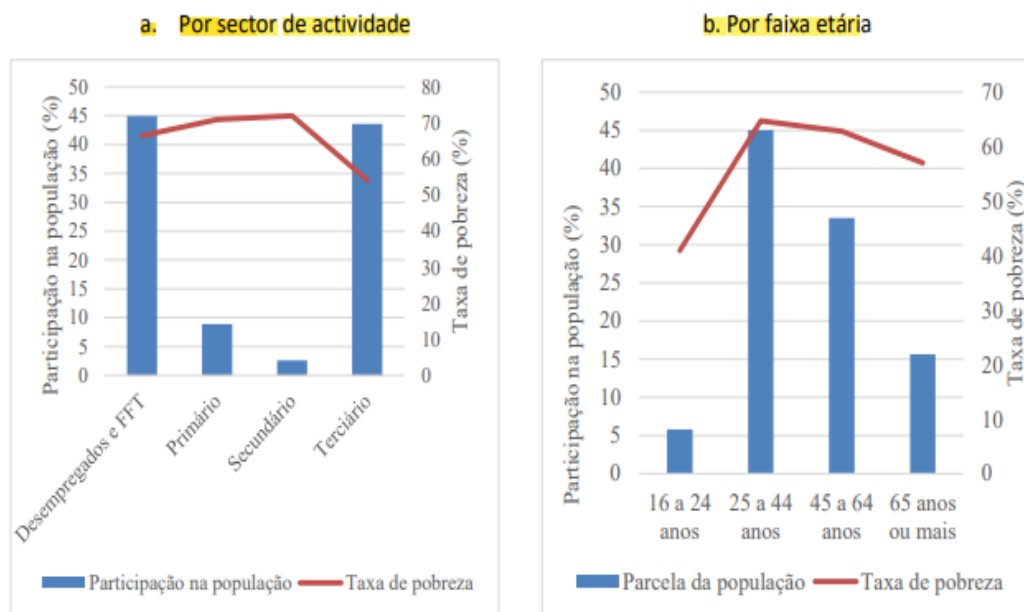


Ilustração 2 - Participação da população e taxa de pobreza por setor de trabalho e faixa etária (somente famílias chefiadas por mulheres). (República Democrática de São Tomé e Príncipe. Instituto Nacional de Estatística, 2020, p. 24).

Quanto as causas para o predomínio da pobreza em São Tomé e Príncipe, podemos ver que, a grande parte da população do país indica a falta de emprego e o baixo rendimento como as principais razões. Igualmente, vale frisar que a falta de oportunidades para a população no mercado de trabalho, faz com que a maioria das famílias não consigam escapar à pobreza. Sendo assim, são afastadas causas como a má distribuição de bens públicos, instabilidade governamental e corrupção. (República Democrática de São Tomé e Príncipe. Instituto Nacional de Estatística, 2020, p. 37):

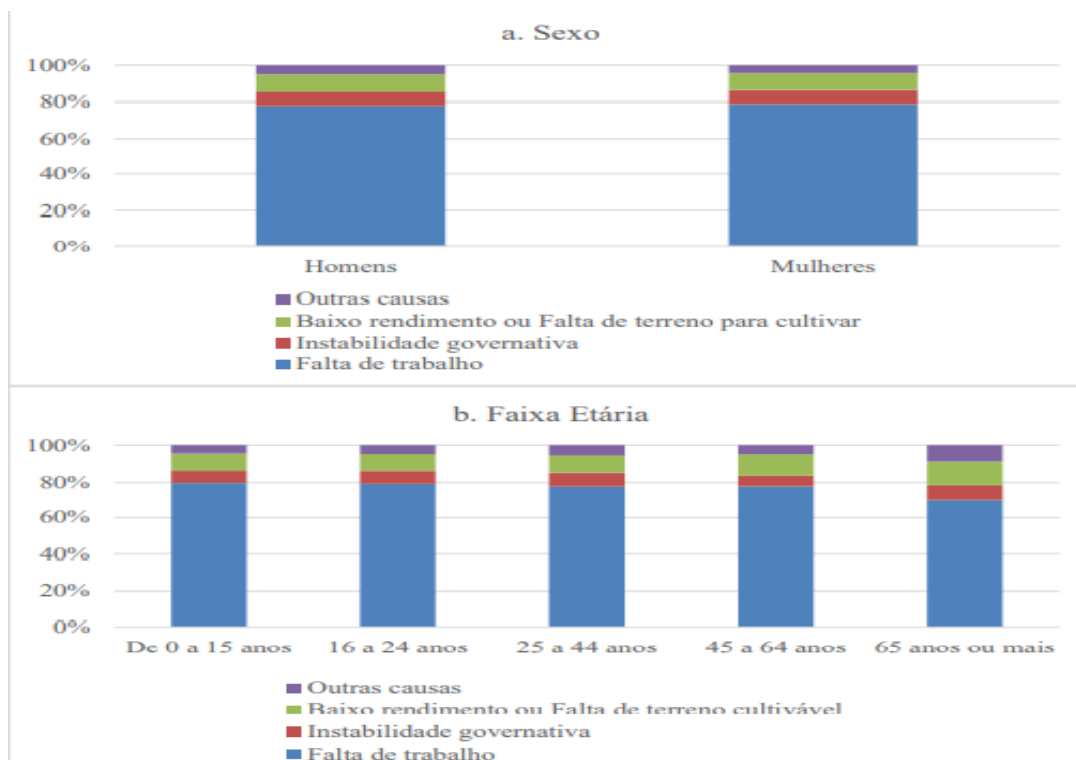


Ilustração 3 - Causas da pobreza em São Tomé e Príncipe relacionadas pelas pessoas. (República Democrática de São Tomé e Príncipe. Instituto Nacional de Estatística, 2020, p. 38).

3.3. A POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA

3.3.1. A ORIGEM DO CONCEITO DE POLÍTICA EXTERNA

Segundo Hudson & Vore (1995), citados (Veríssimo, 2014, p. 32)“ a análise da política externa teve a sua origem no período a seguir à Segunda Guerra Mundial. Contudo, não existe uma definição absoluta e consensual de política externa”.

De acordo com (Freire, Vinha, 2011, p. 17) os trabalhos que estão na génese da abordagem da Política Externa são os seguintes: Foreign Policy Decision-Making de Richard Snyder, Henry Bruck e Burton Sapin (1954); Man-Milieu Relationship Hypothesis in the Context of International Politics de Harold e Margaret Sprout, The Ecological Perspective on Human Affairs: With Special Reference to International Politics); e Pretheories and Theories of Foreign Policy de James Rosenau. Sendo que os estudos desses primeiros autores que escreveram a primeira obra, foi muito importante, na medida em que identificou o decisor humano como principal determinante do comportamento do Estado.

Necessário torna-se também, falarmos sobre a definição de Política Externa. Para a autora Raquel Freire, a definição de Política Externa não é consensual e absoluta, contudo, a autora apresenta uma definição de Política Externa que procura ser a mais abrangente possível.

Assim, entende-se por Política Externa “o conjunto de objetivos, estratégias e instrumentos que decisores dotados de autoridade escolhem e aplicam a entidades externas à sua jurisdição política, bem como os resultados não intencionais dessas mesmas ações” (Freire, Vinha, 2011, p. 18).

De acordo com (Sauter, Betina, 2017, p. 50) “A política externa de um país é composta pelos interesses estratégicos de cada Estado para proteger os interesses nacionais e atingir os seus objetivos por meio das relações internacionais”.

Na política externa, o interesse nacional recorre a imagem do Estado-Nação que defende os seus interesses dentro de um sistema anárquico internacional, onde esses interesses estão constantemente em risco. Baseia no tradicional modelo de Estado unitário, parte do princípio de que os Estados são agentes unitários e monolíticos na formulação e execução das suas políticas externas.

O interesse nacional é usado como uma ferramenta da análise da Política Externa e, é utilizada por políticos realistas. Cada Estado combina os seus interesses materiais e de poder com alguns interesses universais, tais como o poder nacional, força militar e económica. Uma vez que, os interesses nacionais são fundamentados na Política Externa de qualquer Estado e, são projetados pelo governo através do seu alto nível de tomada de decisão (Sauter, Betina, 2017).

Segundo Bandyophyaya (2006) citado em (Sauter, Betina, 2017, p. 51) “aponta alguns componentes mínimos para o interesse nacional: “a segurança, o desenvolvimento nacional e a ordem mundial”.

A política externa é tida como uma dimensão do Estado, no qual o mesmo procura no sistema internacional, defender a soberania, integridade e os seus interesses em relação à outros Estados. Embora, cada Estado tenha as suas particularidades na projeção da sua política externa, muitos dos Estados tentam promover os seus interesses e valores permanentes (Amaral, Pedro, 2015, p. 1).

A decisão em política externa é composta por diversos atores que ajudam na formulação das suas políticas, o que vem demonstrar que a política externa é um conceito muito amplo, por englobar os dirigentes, os conselheiros, as organizações burocráticas, a opinião pública e os líderes que têm uma grande influência na política externa de qualquer Estado. Desta forma, quando um decisor político defende perante as médias uma decisão sobre a sua política externa, tem consigo muitas pessoas que o ajudaram na busca de uma solução importante para a garantia do seu interesse nacional e da sua projeção ao nível internacional.

3.3.2. OS TRADICIONAIS VETORES DA POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA

Não poderíamos falar sobre a política externa portuguesa, sem falarmos sobre os três eixos ou dos principais vetores que a definem. De acordo com (Galito, Maria., 2019, p. 18), a política externa portuguesa assentava em três vetores tradicionais: Europa, Atlântico e Lusofonia.

No que tange ao primeiro vetor, Europa, (Cabrita, Cristiano, 2019, p. 146) defende que procurou-se construir uma orientação que garantisse a independência do país, mas também um reforço da importância estratégica de Portugal. Compreensivelmente, a pressão hegemónica exercida pela vizinha Espanha, obrigou a uma aproximação ao Reino Unido, a principal potência europeia (e também marítima), tendo no horizonte a certeza de que o país teria que posicionar-se nas Relações Internacionais num plano diferente dos espanhóis.

Quanto ao segundo vetor, Atlântico, o autor, *op cit*, (2019, p. 146) referindo-se ao mesmo nos diz que é de sublinhar a procura de um efeito compensatório face à pressão existente na Europa Continental, mas também como um imperativo no que concerne à manutenção do império colonial português. Este pilar foi viabilizado pela aproximação às potências marítimas, primeiro ao Reino Unido, e depois aos Estados Unidos da América (EUA).

Dissertando ainda sobre este vetor, (Pinheiro, João, 1988, p. 22) diz-nos que a participação de Portugal na Aliança Atlântica inscreve-se ou justifica-se por objetivos diversos e concorrentes: antes do mais, a defesa própria perante uma ameaça - o Bloco Leste -, ameaça perante a qual e fora do quadro NATO, Portugal estaria fragilizado. Depois, no espírito de solidariedade ocidental em defesa da manutenção de um modelo societal e de valores que se entende preservar e ajudar a desenvolver. Em terceiro

lugar, porque o espírito da Aliança tem em si mesmo o conteúdo atlântico que se casa bem com o desígnio euro-atlântico. Nesta perspetiva, pode dizer-se que pela sua posição geoestratégica Portugal está condenado a ter relações privilegiadas com os Estados Unidos de América, isto é, a ter uma relação atlântica permanente.

O vetor Lusofonia o que será dado mais ênfase, uma vez que é o que mais se relaciona com o nosso trabalho. Este vetor envolve relações bilaterais de Portugal com Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste, e inclui relações multilaterais com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Envolve igualmente relações bilaterais com a Guiné Equatorial ou com a China, através de Macau (e do Fórum Macau). O vetor Lusofonia está inserido na política externa portuguesa enquanto estratégia de diversificação de mercados, para evitar o investimento exclusivo na Zona Euro. (Galito, Maria., 2019, p. 18)

Na mesma linha de pensamento, (Pavia, José, 2019, p. 182) defende que o vetor Lusófono, expandiu-se no pós 25 de Abril de 1974, dado que na visão do Estado Novo esse relacionamento com o Ultramar fazia-se no quadro das políticas internas do Estado, não fazendo sentido falar-se em política externa com o mundo lusófono, com a óbvia exceção do Brasil.

De modo a resumir os vetores acima elencados, foi elaborada uma tabela onde os mesmos encontram-se plasmados, tal como veremos a seguir:

Tabela 3- Os tradicionais vetores da política externa portuguesa e as suas características

Vetores tradicionais da P.E.P	Caraterísticas
Europa	justifica-se porque Portugal está localizado no continente europeu. Foi neste xadrez regional que, durante séculos, defendeu o seu território nacional (Metrópole) e ultramarino (Império). Após a Revolução de 1974 e a implementação da III República, substituiu o paradigma anterior pelo projeto de integração comunitária. O projeto europeu começou por ser um vetor económico, mas atualmente é político, pois Portugal pertence à Zona Euro, que é atualmente uma União Bancária que caminha para Federação.
Atlântico	é herdeiro da relação privilegiada entre os impérios português e inglês. Atualmente inclui as relações bilaterais com os EUA e o Canadá, ou multilaterais através da NATO. Se a Grã-Bretanha efetivamente sair da UE (Brexit), passa a pertencer a este grupo. O vetor Atlântico considera-se um pilar de defesa ou segurança
Lusofonia	correspondia antigamente às colónias portuguesas; ou às províncias ultramarinas desde 1946 (Estado da Índia) ou 1951 (as demais) até 1975. Com a descolonização, Portugal reconheceu a independência dos territórios ultramarinos. Após alguns anos de tensão mútua, as partes reaproximaram-se com base em parâmetros de relacionamento diferentes.

Fonte: Adaptado a partir de: (Galito, Maria., 2019, p. 19)

3.3.3. BREVES TRAÇOS SOBRE PORTUGAL PÓS 25 DE ABRIL E A SITUAÇÃO DAS EX. COLÓNIAS PORTUGUESAS APÓS A INDEPENDÊNCIA

Necessário torna-se falarmos também sobre a história de Portugal. Vale ressaltar que na presente dissertação, a mesma será abordada de maneira suscita e, será relatada a partir do fim do Estado Novo. Neste sentido, (Pereira, Pedro, 2018) defende que depois de 1974 e com o fim do Estado Novo, houve uma estabilização do Portugal democrático e, com a afirmação dos vetores (já referidos). O autor defende igualmente que, todos os governos os têm enunciado em seus programas desde 1976. Portugal envolveu-se com a Europa onde se inscreve no projeto europeu o que, trouxe uma mudança nas relações luso-espanholas, densificou a sua presença na Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) e na linha do que já existia com o Brasil, ao mesmo tempo que se assumia como parte do espaço ibero-americano, desenvolveu relações com Estados africanos de língua portuguesa e com Timor-Leste.

No que toca a situação das ex. colónias portuguesas, (Galito, Maria., 2019, p. 8) citando António (2013) nos diz que ao declarar a independência, os Países africanos de língua portuguesa (PALOP) (Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe) começaram a adotar sistemas de partido único. Alguns destes povos afogaram-se em guerras civis ou deixaram-se governar por autocracias disfarçadas de democracias. A má distribuição de recursos e a pobreza da maioria da população eram identificadas como problemas difíceis de ultrapassar.

Ainda falando sobre a política de cooperação portuguesa em relação a outros países, podemos ver que o (Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, 2016) nos diz que a cooperação portuguesa tem três áreas de atuação sendo elas:

- Cooperação para o desenvolvimento,
- Educação e sensibilização para o desenvolvimento,
- Ajuda humanitária e de emergência

Esta cooperação também tem um conjunto de princípios que de acordo com o (Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, 2016) são os seguintes:

- Estar de acordo com os objetivos da cooperação para o desenvolvimento inseridas na agenda internacional

- Promover uma harmonia de políticas e da eficácia do desenvolvimento
- A cooperação portuguesa atua em diversas áreas de intervenção. Tendo como objetivo apostar em projetos que tragam mais-valia pra a mesma, tais como: formação de quadros superiores e intermédios e capacitação institucional
- Trabalhar com os países parceiros com vista a criar boas relações entre os mesmos e tirar vantagem da rede diplomática portuguesa
- Promover uma união entre várias instituições e agentes da sociedade civil, incluindo os económicos e os académicos

Necessário se torna falarmos também da comunidade em que esses dois países de língua portuguesa (São Tomé e Príncipe e Portugal) fazem parte. Nesse sentido, falaremos um pouco sobre a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

3.4. A COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Nesse subcapítulo, iremos abordar sobre a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a organização foco do nosso trabalho. De acordo com o Estatuto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Capítulo I, artigo I, a CPLP, tem como principal competência fortalecer os laços de amizade entre os países, harmonizar a política, diplomacia e a cooperação entre os seus membros. (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, 2007).

Abordando sobre a criação desta organização, (Teles, Felício, 2013, p. 56) citando Santos (2005), defende que a ideia que se materializaria em 1996 na criação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) surgiu de considerações de natureza linguística e histórico-cultural. Por considerações de natureza linguística entendem-se as referentes à importância e a valorização da língua. A conceção nasce da percepção desses elementos de união, entre os quais avulta, o suporte de um idioma comum.

Segundo (Gomes, Hélder, 2017, p. 11) aquando a sua criação, esta Comunidade contava com a participação de sete Estados Membros a saber: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Sendo que mais tarde, Timor-Leste e Guiné Equatorial juntaram-se aos mesmos, perfazendo assim, um total de nove países espalhados por quatro continentes incluindo mais de 230 milhões

de pessoas. A CPLP se assume como “um novo projeto político cujo fundamento é a língua portuguesa, vínculo histórico e património comum dos nove [Estados-membros], que, constituem um espaço geograficamente descontínuo. Ainda de acordo (Gomes, Hélder, 2017, p. 11) os documentos que estiveram na base da criação da CPLP são três: os Estatutos (documento que teve várias alterações :São Tomé/2001, Brasília/2002, Luanda/2005, Bissau/2006 e Lisboa/2007), a Declaração Constitutiva (documento feito pelos países fundadores) e a Ratificação da Declaração Constitutiva e dos Estatutos.

Quanto aos órgãos que asseguram o funcionamento desta organização, (Teles, Felício, 2013, p. 66) defende que, no ato da sua criação foram estabelecidos os seguintes órgãos:

- a) A Conferência de Chefes de Estado e de Governo
- b) O Conselho de Ministros
- c) O Comité de Concertação Permanente
- d) O Secretariado Executivo

São igualmente órgãos da CPLP as Reuniões Ministeriais, Setoriais e a Reunião dos Pontos Focais de Cooperação e a Assembleia Parlamentar da CPLP, sendo que este último, é o órgão consultivo que reúne representações dos Parlamntos nacionais dos Estados membros.

Como toda organização internacional, a nossa em questão, também é regida por um conjunto de objetivos. Esses objetivos de acordo com o capítulo I (artigo V) do Estatuto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, são as seguintes:

- a) Colaborar para a realização de projetos em termos políticos e diplomáticos entre os Estados membros no domínio das relações internacionais, com vista a contribuir para a sua participação nos fóruns internacionais
- b) Colaborar para a realização de projetos em comum em matérias relacionadas a justiça, cultura, defesa, saúde entre outras
- c) Divulgação da Língua Portuguesa tendo como principal instituição o Instituto Internacional de Língua Portuguesa

Necessário se torna também falarmos um pouco sobre a integração de um dos mais novos Estados nessa Organização, a Guiné Equatorial. Segundo (Gomes, Hélder, 2017, p. 23) este país, em 2014, foi o último a integrar-se na CPLP como membro com pleno

direito. Passando assim, a participar nas Conferências de Chefes de Estado e de Governo e no Conselho de Ministros.

Podemos dizer que a adesão da Guiné Equatorial foi um processo polémico, uma vez que, de acordo ao capítulo II, artigo 6, alínea A do Estatuto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa diz-nos que todo o Estado que tenha o português como língua oficial pode fazer parte da CPLP e, sendo que um dos princípios orientadores da nossa organização em estudo, é o primado pelos direitos humanos e justiça social. A Guiné Equatorial é um país que não cumpre com os requisitos mencionados, porém, conseguiu integrar-se na nesta Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

Quanto aos desafios, podemos ver que a CPLP tem alguns a enfrentar. Esta Comunidade é composta por países que se integram em dinâmicas regionais próprias, cada um destes, perspectiva a sua participação na CPLP de diversas formas, quer quanto aos objetivos nacionais que prossegue com essa mesma pertença, quer quanto aos interesses comuns da organização como um todo. A CPLP tem ainda dificuldade em ser compreendida pelos cidadãos dos Estados membros como uma entidade que lhes proporciona vantagens concretas ou uma pertença identitária.(Pereira, Pedro, 2018)

Refletindo ainda sobre os desafios da CPLP, (Gomes, Hélder, 2017, p. 13) citando Lopes (2008) menciona outros como: a inerência da organização, baixo rendimento do PIB conjunto à escala mundial, uma situação generalizada de largos segmentos de pobreza, acompanhada por um baixo nível de rendimento per-capita, a inexistência de um poder militar determinante, os custos acumulados de dispersão e a ausência de um enfoque político como prioridade conduz progressivamente a situações de alheamento, entre outros.

3.5. PORTUGAL NA CPLP

A necessidade de Portugal se afirmar como uma nação soberana, a potencialidade económica das colónias e a afirmação do país no plano internacional solidificaram o vetor lusófono, o qual ganharia uma nova dimensão depois do 25 de Abril. Aqui torna-se necessário evidenciar a criação de um espaço lusófono que, seria mais tarde redimensionado através da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. (Cabrita, Cristiano, 2019, p. 147)

Podemos considerar que o vetor lusófono foi e, é o elo de ligação entre Portugal com os demais países da lusofonia. Nessa ordem de ideia, (Pavia, José, 2019, pp. 181 e 182) nos diz que o vínculo de Portugal com os demais países de língua portuguesa foi sempre muito importante para a política externa portuguesa no pós 25 de abril de 1974. Portugal dependia de certa forma da relação com os países do Ultramar, principalmente para manter a sua autonomia, dado a sua limitação ao nível geográfica, poder económico e humano. O vetor lusófono, intensificou-se após o 25 de abril de 1974, visto que, para o Estado novo esse relacionamento com o ultramar deu-se ao nível de políticas internas do Estado e não ao nível de políticas externas com o mundo lusófono, com exceção do Brasil.

Torna-se necessário também falar sobre a relação de Portugal e as ex. colónias. Nessa ordem de ideia, (Teixeira, Nuno, 2010, p. 59) diz-nos que “ nas relações pós-coloniais, o desafio coloca-se tanto no plano bilateral como no plano multilateral”. O autor, *op cit*, ainda nos detalha os dois planos acima indicados, e segundo o mesmo:

-No plano bilateral, é óbvio, mas não poderá deixar de se dizer que é do interesse estratégico de Portugal o reforço das relações com os países de expressão portuguesa. E não só no campo político, mas também no domínio económico. No que toca às relações económicas com os países de expressão portuguesa, a prioridade para Portugal deve dirigir-se para os setores de maior inovação e que representem modernização para a economia portuguesa. Consequentemente, a prioridade deve dirigir-se para os países cujas economias constituam um fato de modernização para a economia portuguesa.

-No plano multilateral, é do interesse português que a CPLP possa constituir um instrumento diplomático credível e operacional para os países de língua portuguesa. Mas, pode e deve alargar as suas áreas de intervenção, para além da língua e da

cultura, às esferas económica e da segurança. A CPLP deve constituir um instrumento diplomático e um mecanismo de compensação para que os países de língua portuguesa possam ganhar margem de manobra e poder acrescido nas áreas regionais em que se integram. Num mundo em globalização e em que se multiplicam as redes de pertença, faz todo o sentido uma rede de língua portuguesa e Portugal deve potenciá-la.

Ainda no que toca ao relacionamento direto entre Portugal e alguns países membros da CPLP em particular, (Pinheiro, João, 1988, p. 27), refletindo sobre o assunto, expõe alguns exemplos tal como veremos a seguir:

-O governo português relaciona-se em exclusivo com o Governo de Luanda e rejeita qualquer interferência no conflito interno de Angola. Mas estará sempre disponível para contribuir para a Paz e o Desenvolvimento da Região.

- Quanto a Moçambique, a cooperação militar no domínio da formação, organização, logística e administração tem vindo a ser contemplada, esperando-se a curto prazo desenvolvimentos significativos neste domínio.

-No que toca ao Brasil importa passar das palavras aos atos na cooperação política, económica e cultural assim que, os conseguirem ultrapassar a face política atual, tão decisiva para a consolidação da sua democracia. Entretanto Portugal tem, a vários níveis e diferentes instâncias, vindo a sustentar as teses brasileiras no que respeita à necessidade de se encontrarem fórmulas imaginativas para o problema da sua dívida externa.

-Timor, onde o Direito Internacional e os direitos humanos parecem por vezes incómodos face à vontade de alguns países com responsabilidades que optam por uma conveniência com a Indonésia – grande potência local e, parceiro comercial com importância. Portugal espera que o mandato conferido ao Secretário-Geral das Nações Unidas para encontrar uma solução justa e internacionalmente aceitável, designadamente à luz da Carta das Nações Unidas e das Resoluções 1514 e 1541, possa ser cumprido. Mas tal não poderá significar o abdicar dos princípios fundamentais: livre escolha do seu destino pelos timorenses e garantias da preservação dos seus valores culturais, étnicos e religiosos.

3.6. A COOPERAÇÃO ENTRE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE E PORTUGAL

De acordo com (Carvalho, 1994, p. 8) “após a independência das colónias portuguesas em África, foram realizadas entre Portugal e esses Estados, Acordos Gerais de Cooperação (sendo, Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe- Acordos Gerais de Cooperação e Amizade). A exceção de Angola, o país com que o Acordo Geral de Cooperação foi assinado em 1978, todos os outros foram assinados em 1975.”

Ainda sobre os Acordos, a autora, op cit, nos diz que os mesmos apontam como objetivos comuns a Portugal a cada um desses Estados o reforço dos laços de amizade e solidariedade existentes entre os respetivos povos, o que seria realizado por uma política comum de cooperação. A cooperação deverá ocorrer nos domínios económico, financeiro, técnico, científico, cultural e outros (judicial, diplomático e consular) para o que é prevista a realização de acordos sectoriais. Os Acordos Gerais de Cooperação definem o enquadramento básico de todos os programas de cooperação a desenvolver.

As relações entre os dois países em estudo, têm como base, importantes laços históricos, culturais, partilhando uma língua e matriz jurídica comum que têm evoluído de forma dinâmica ao longo dos anos de acordo com as estratégias, objetivos e prioridades de desenvolvimento de ambos países. (Portugal; República Democrática São Tomé e Príncipe, 2016, p. 2)

A cooperação portuguesa para São Tomé e Príncipe, e em vários países, é voltada para as mais diversas áreas, segundo (Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, 2016),

Um dos pilares da política externa portuguesa é a política de cooperação para o desenvolvimento que tem como foco central a erradicação da pobreza extrema e o desenvolvimento sustentável dos seus Estados parceiros. Importa frisar que essa política de cooperação para o desenvolvimento deve ser tida como um investimento e não como uma despesa, como desenvolvimento e não como ajuda. No ponto de vista histórico, os países de língua oficial portuguesa (PALOP e Timor-Leste) constituíam as áreas geográficas prioritárias da cooperação portuguesa. Entretanto, começaram a surgir outras áreas geográficas, tais como o Norte de África, África Ocidental, América Latina e Atlântico.

No que toca à São Tomé e Príncipe em particular, Portugal coopera com este primeiro país nas mais diversas áreas. De acordo com o (Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades de São Tomé e Príncipe, 2016, p. 1) essas áreas são:

- Saúde
- Educação
- Justiça
- Defesa e Ordem Interna
- Formação e Proteção Social
- Linha de crédito

Ainda sobre a relação entre os dois países em estudo, temos que também falar sobre o Programa Estratégico de Cooperação (PEC). ³O PEC foi assinado em setembro de 2016. Neste trabalho nos cingiremos no PEC 2016-2020 que foi assinado entre esses dois países em estudo. Este PEC avaliado em 57,5 milhões de Euros, sendo 46 milhões doados por Portugal como oferta e 11,5 milhões como empréstimos / linhas de crédito. O PEC é voltado para as mais diversas áreas, tendo como principal enfoque a Educação, Formação, Saúde, Assuntos Sociais, Justiça e Segurança, remetendo para protocolos os programas e projetos que visam a sua implementação (Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades de São Tomé e Príncipe, 2016, p. 1).

Nesta dissertação, nos focaremos em dois Ministérios chaves para a nossa área em estudo, a pobreza. Neste sentido, falaremos sobre os Ministério do Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional de São Tomé e Príncipe, e sobre o Gabinete de Estratégia Planeamento (GEP) do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social de Portugal. Vale ressaltar que optou-se por falar sobre o GEP em Portugal, uma vez que é o departamento chave do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social de Portugal, tendo como uma das principais funções, entre outras,

³ O Programa Estratégico de Cooperação foi assinado entre São Tomé e Príncipe e Portugal para um para um período compreendido entre os anos (2016-2020).

de gerir e financiar vários projetos sob a alçada deste Ministério, tal como veremos abaixo.

Pode-se constatar de acordo (Portugal. Governo Constitucional, XXI, 2018) que as atividades de cooperação desenvolvidas entre os dois ministérios acima referidos, são enquadradas por programas bilaterais de cooperação, onde constam as principais linhas orientadoras da intervenção, as áreas ou projetos e entidades executoras prioritários, as responsabilidades das partes signatárias, as condições e modalidades de cofinanciamento e a indicação de alguns procedimentos a adotar.

Ainda de acordo com o (Portugal. Governo Constitucional, XXI, 2018) cooperação entre os ministérios da área do trabalho e dos assuntos sociais de Portugal e de S. Tomé e Príncipe (STP) teve início em 1998 e desenvolve-se, essencialmente, em três áreas:

- Luta contra a pobreza;
- Reforço institucional (das estruturas da administração pública tuteladas pelo ministério homólogo são-tomense);
- Emprego e formação profissional

3.6.1. O MINISTÉRIO DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE, FAMÍLIA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL (MTSFFP) DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Podemos dizer que o Ministério do Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional é o departamento governamental que, tem por objetivo ocupar-se de assuntos como: o combate à pobreza, à exclusão social, apoio à famílias mais carentes , promoção e execução de políticas de emprego e do trabalho , à inclusão de pessoas com deficiência, de promoção do voluntariado e de cooperação ativa e partilha de responsabilidade com as demais instituições do sector social e empreendedorismo social. É igualmente responsável pela dinamização e a promoção do princípio da Igualdade e Equidade de Género na implementação dos seus projetos e programas. (República Democrática de São Tomé e Príncipe. Governo, 2019, p. 657)

Quanto as competências, podemos ver que esta instituição tem as seguintes de acordo com a fonte acima citada:

- a) Promover a organização de processos e estudos preparatórios das convenções coletivas de trabalho e assegurar a sua atualização, e operacionalização;
- b) Formular uma estratégia nacional no domínio de relações de trabalho e o planeamento de mão-de-obra que permita equacionar a problemática da sustentabilidade do mercado de emprego;
- c) Adequar as especificidades do País a aplicação das disposições legais universais relativas ao sistema de proteção do emprego, higiene e segurança no trabalho, propondo normas jurídicas para o efeito;
- d) Reforçar as capacidades nacionais de conceção e execução de políticas e programas de emprego, criando oportunidades de emprego;
- e) Estabelecer parceria com o setor de educação, objetivando a maior articulação e visibilidade dos programas de formação profissional;
- f) Implementar uma nova política para o sistema de Segurança Social visando recapitalizar e dar sustentabilidade ao fundo de reforma;
- g) Reforçar e alargar a rede de ação social a nível nacional para atender as necessidades reais das crianças, jovens, mulheres, deficientes físicos e idosos em situação de extrema pobreza;
- h) Dinamizar o regular funcionamento do Conselho Nacional de Concertação Social cuja importância é relevante na formulação de políticas salariais, emprego, valorização e promoção do trabalho;
- i) Realizar estudos visando o estabelecimento do salário mínimo, da função pública e o salário mínimo nacional;
- j) Propor diplomas sobre matéria respeitante a sua organização, funcionamento e outras normas legais pertinentes as ações da sua competência.

No que tange ao MTSFFP, vale salientar também que, no domínio da Proteção Social Emprego e Formação, perspectiva-se um conjunto de reformas que visam a consolidação de política de coesão social e a garantia da dignidade humana á todos santomenses, seja pela melhoria da sustentabilidade do Sistema de Segurança Social, como pelo

reforço da assistência social para a faixa mais desfavorecida. (República Democrática de São Tomé e Príncipe, 2020, p. 80)

Para manter o seu pleno funcionamento e alcançar os objetivos pelos quais fora criado, o MTSFFP é composto pelos os seguintes órgãos e serviços segundo a (República Democrática de São Tomé e Príncipe. Governo, 2019, p. 658):

a) São Órgãos:

i) Conselho Consultivo;

ii) Conselho de Direção;

iii) Gabinete do Ministro.

b) São Serviços:

i) Direção Administrativa e Financeira (DAF);

ii) direção de Trabalho, Emprego e Formação Profissional (DTEFP);

iii) Inspeção-geral de Trabalho (IGT);

iv) Direção de Proteção Social, Solidariedade e Família (DPSSF);

v) Gabinete de Estudos, Planeamento e Coordenação de Parcerias (GEPCP).

3.6.2. O GABINETE DE ESTRATÉGIA E PLANEAMENTO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL DE PORTUGAL

Neste ponto, abordaremos sobre o Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social GEP/MTSSS de Portugal. Como já foi abordado no item 3.6, este departamento é um dos principais serviços do MTSSS.

O Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), é um serviço central da administração direta do Estado dotado de autonomia administrativa, que tem por missão, no âmbito das atribuições prosseguidas pelo MTSSS, garantir o apoio técnico à formulação de políticas e ao planeamento estratégico e operacional, em articulação com a programação financeira, garantir a produção e difusão de informação estatística para

além da coordenação da informação científica e técnica do MTSSS. Assegurar, diretamente ou sob sua coordenação, as relações internacionais e a cooperação com os países de língua oficial portuguesa, acompanhar e avaliar a execução de políticas, dos instrumentos de planeamento e os resultados dos sistemas de organização e gestão, em articulação com os demais serviços do MTSSS. (Gabinete de Estratégia e Planeamento, [s.d.])

Este Gabinete é a unidade executora e coordenadora das atividades em termos de cooperação bilateral e multilateral do MTSSS. Isto significa que, para além dos projetos que apoia e executa diretamente, o GEP também é responsável pela coordenação das atividades de cooperação de todos os serviços e organismos tutelados pelo MTSSS. Compete também ao GEP acompanhar a execução das atividades, quer à distância, quer através de missões de monitorização e avaliação no terreno. (Portugal. Gabinete de Estratégia e Planeamento, 2020)

Na mesma linha de pensamento, o documento Acordo de Parceria Para Administração e Gestão do Centro de Formação Profissional de São Tomé e Príncipe Budo Budo, nos afirma que esse gabinete assegura as despesas de deslocação, alojamento dos seus representantes e participa no acompanhamento e execução de projetos (Ministério do Emprego e Assuntos Sociais de São Tomé e Príncipe, 2018, p. 10)

No que diz respeito a cooperação multilateral, podemos ver que o GEP/MTSSS, desenvolve atividades com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Igualmente tem financiado o projeto ACTION/Portugal- Reforço dos Sistemas de Proteção Social dos PALOP e Timor-Leste e tem colaborado na tradução e edição para português de documentação técnica da OIT. (Portugal. Gabinete de Estratégia e Planeamento, 2020)

Já no que tange ao âmbito bilateral, pode-se constatar que o GEP/ MTSSS atua em várias áreas geográficas dos países da CPLP, sendo eles: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Nestes países, este serviço apoia projetos nos seguintes âmbitos: emprego, formação profissional, proteção social e relações laborais. (Portugal. Gabinete de Estratégia e Planeamento, 2020).

O GEP/ MTSSS intervém em três eixos que se multiplicam em diversas áreas de atuação. Esses eixos e áreas de atuação podem ser vistos na tabela abaixo:

Tabela 4- Eixos e áreas de atuação GEP/MTSSS

Eixos	Áreas de atuação
Eixo 1 – Democracia, estado de direito e direitos humanos	-Capacitação institucional – Direitos Humanos
Eixo 2 – Desenvolvimento humano e erradicação da pobreza	-Proteção social e inclusão social -Emprego, formação profissional e relações laborais -Capacitação institucional
Eixo 3 - Direitos da criança	-Capacitação institucional

Fonte: (Ministério do Emprego e Assuntos Sociais de São Tomé e Príncipe, 2018)

Nesta ordem de pensamento, necessário torna-se também falar sobre a cooperação entre os dois ministérios: o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social de Portugal e o Ministério do Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional (MTSFFP) de São Tomé e Príncipe. Podemos constatar que a cooperação entre os ministérios da área do trabalho e dos assuntos sociais de Portugal e de S. Tomé e Príncipe teve início em 1998. Estes dois Ministérios atuam em várias áreas: luta contra a pobreza; reforço institucional (das estruturas da administração pública tuteladas pelo ministério homólogo são-tomense); emprego e formação profissional. Sendo que a área mais privilegiada, ou seja, a que tem sido mais apoiada pelo MTSSS é a luta contra a pobreza, onde foi dado um apoio de 60% de financiamento até 2017, sendo que esse financiamento aumentou para 70% em 2018. Esses projetos que são executados por organizações e sociedade civil são-tomenses, são dirigidos aos grupos mais vulneráveis em São Tomé e Príncipe; as crianças e os idosos.(Portugal. Governo Constitucional, XXI, 2018)

Ainda falando sobre a atuação⁴ do GEP podemos ver que o (Portugal. Governo Constitucional, XXI, 2018) nos diz que no âmbito do atual Programa de Cooperação, o Gabinete de Estratégia e Planeamento/MTSSS apoiou financeiramente:

- 5 entidades da sociedade civil;
- 1 Centro de Formação Profissional;
- 12 respostas sociais;
- cerca de 7300 beneficiários;
- 185 postos de trabalho

3.7. PROJETOS DE LUTA CONTRA A POBREZA FINANCIADOS POR PORTUGAL EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Neste item, abordaremos sobre dois projetos de luta contra a pobreza apoiados por Portugal em São Tomé e Príncipe, nomeadamente, a Casa dos Pequenininos e o Programa de Desenvolvimento Integrado para o Distrito de Lembá.

3.7.1. A CASA DOS PEQUENININOS/CÁRITAS DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

O projeto casa dos Pequenininos tem como entidade executora as Cáritas de São Tomé e Príncipe e o grupo-alvo são as crianças abandonadas e em situação de risco. O Projeto recebeu um apoio pontual do GEP/MTSSS em 2008 e 2009, tendo a partir de 2010 integrado o Programa de Cooperação entre o MTSSS e o seu homólogo santomense, no âmbito do qual tem sido apoiado até ao momento. (Casa dos Pequenininos, 2010, p. 1).

Até 2017, as diversas atividades desse projeto, decorreram na sede das Cáritas sita na cidade de São Tomé. Este local albergava 25 a 30 (atualmente acolhe 29 crianças em regime de internato) crianças em situação de risco e abandono provenientes de diferentes partes de São Tomé e Príncipe. Em 2017, a Casa dos Pequenininos passou a funcionar em uma nova instalação construída e financiada com o apoio do MTSSS. Esta nova instalação, tem capacidade para acolher até 40 crianças e conta com 4 dormitórios com sete camas cada, um quarto adaptado e um berçário. (Casa dos Pequenininos, 2010, p. 1)

⁴ Esses dados são de 2018

Este projeto é composto por vários objetivos gerais e específicos. E estes, serão elencados na tabela abaixo.

Tabela 5 - Objetivos gerais e específicos da Casa dos Pequenos

Objetivo global	Objetivos específicos
Contribuir para o combate à pobreza e exclusão social, através da proteção e apoio a crianças abandonadas e em risco.	Garantir proteção e apoio a crianças abandonadas e em risco, proporcionando-lhes um lar e um ambiente familiar, visando oferecer-lhes uma vida digna e promover o seu bem-estar
	Promover a educação das crianças acolhidas que se encontram em idade escolar
	Contribuir para o crescimento saudável das crianças, através de uma dieta alimentar equilibrada e da assistência médica e medicamentosa
	Contribuir para a formação integral das crianças acolhidas na Casa, através do desenvolvimento de diversas atividades lúdicas e culturais
	Promover a reintegração das crianças nas suas famílias de origem ou em famílias de acolhimento

Fonte: Baseada no Projeto (Casa dos Pequenos, 2010, p. 1)

No âmbito deste projeto são realizadas várias atividades sendo estas as seguintes: acolhimento, em regime de internato, de crianças abandonadas e em situação de risco (alimentação, cuidados básicos de saúde, assistência escolar, atividades de ocupação de tempos livres), Promoção da reintegração familiar das crianças ou do seu reencaminhamento para outras instituições. (Casa dos Pequenos, 2010, pp. 1 e 2).

3.7.2. PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO PARA O DISTRITO DE LEMBÁ

O Projeto de Desenvolvimento Integrado para o Distrito de Lembá (PDI Lembá) tem como entidade executora a Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição (CONFHIC) e tem como grupo-alvo os idosos, mulheres, jovens e as crianças.(Ministério do Trabalho Solidariedade e Segurança Social de Portugal, [s.d.], p. 1)

Este projeto tem sido apoiado pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social de Portugal desde 2002, porém, até 2008, tenha integrado o projeto “Desenvolvimento de uma Rede de Proteção Social em

São Tomé e Príncipe “gerido pela Santa Casa da Misericórdia de São Tomé e Príncipe através do Programa de Cooperação entre o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social de Portugal e o Ministério do Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional de S. Tomé e Príncipe (Ministério do Trabalho Solidariedade e Segurança Social de Portugal, [s.d.], p. 1)

O PDI de Lembá é um projeto apresentado como modelo quando se fala da relação de cooperação entre São Tomé e Príncipe e Portugal, pois, trata-se de um projeto de enorme envergadura que envolve várias infraestruturas ou componentes sendo eles segundo o (Ministério do Trabalho Solidariedade e Segurança Social de Portugal, [s.d.], p. 1):

- Lar de S. Francisco (lar, centro de dia e apoio domiciliário a idosos)
- Centro de Dia de Santa Catarina (idosos; funciona como extensão do Lar S. Francisco)
- Jardim Infantil “O Pimpolho” (educação pré-escolar)
- Creche “O Ninho” (desde novembro de 2017)
- Centro de Formação (apoio escolar e informática)
- Oficina de Carpintaria (formação-produção, geração de receitas)
- Centro de Costura (formação-produção, geração de receitas)

O PDI tem vários objetivos gerais e específicos que serão elencados na tabela a seguir:

Tabela 6 - Objetivos gerais e específicos do projeto PDI Lembá

Objetivos do Projeto PDI de Lembá	
Objetivos gerais	Objetivos específicos
Contribuir para o combate à pobreza e para o desenvolvimento económico e social dos grupos sociais mais vulneráveis, através do acolhimento e apoio a idosos e crianças e da formação e dinamização de atividades geradoras de rendimento para jovens.	<ul style="list-style-type: none">> Contribuir para a melhoria da dieta alimentar das crianças, jovens e idosos apoiados> Contribuir para a promoção da autoestima e das capacidades físicas e mentais de idosos, através de atividades ocupacionais> Contribuir para a educação e o desenvolvimento integral de crianças em idade pré-escolar> Contribuir para a formação integral de crianças e jovens em idade escolar, desenvolvendo atividades de tempos livres, reforçando a aprendizagem e promovendo as suas capacidades> Contribuir para a formação de jovens nas áreas da costura e da carpintaria/marcenaria> Promover a formação dos jovens e da comunidade local na área de informática

Fonte: (Ministério do Trabalho Solidariedade e Segurança Social de Portugal, [s.d.], p. 1 e 2)

No âmbito deste projeto, são realizadas várias atividades que incluem pessoas de várias faixas etárias. Atividades como: apoio a idosos em regime de lar e centro de dia e através de apoio domiciliário, acolhimento de crianças até 2 anos de idade com problemas de malnutrição, educação pré-escolar de crianças dos 2 aos 5 anos, apoio escolar e atividades de tempos livres com crianças e jovens, formação-produção em carpintaria e costura (até 2012, inclusive), formação em informática. (Ministério do Trabalho Solidariedade e Segurança Social de Portugal, [s.d.], p. 2)

Quanto aos principais resultados alcançados com esse projeto, temos os seguintes: 235 idosos apoiados / ano (20 no Lar, 65 em centro de dia e 150 ao domicílio), 40 crianças acolhidas em creche / ano, 400 crianças que beneficiam de educação pré-escolar / ano, 100 crianças que beneficiam de atividades socioeducativas (apoio escolar e atividades de tempos livres) / ano, 30 beneficiários de formação em informática / ano, 47 postos de trabalho apoiados / ano. (Ministério do Trabalho Solidariedade e Segurança Social de Portugal, [s.d.], p. 2)

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Segundo (Coutinho, C., 2014) o capítulo de apresentação e discussão de resultados visa informar o leitor sobre as possíveis respostas que os dados obtidos através das entrevistas ou análise documental fornecem em relação às questões formuladas no início do trabalho. (2014, p. 254).

4.1. DESCRIÇÃO GERAL

Os dados ora objeto de tratamentos foram recolhidos por via da aplicação da técnica de inquéritos por entrevista, tal como enunciado no item 2.2.1., e alguns reforçados pela análise documental.

Assim, passaremos de forma criteriosa a apresentar e a discutir os dados em função dos objetivos definidos.

- **Das Entidades e entrevistados**

Tabela 7 - Descrição geral das entidades e das entrevistas

Entidades	Entrevistados	Função
M1	E1	Diretor
M2	E2	Diretor
ONG1	E3	Coordenador
ONG2	E4	Coordenador

A tabela nº 7 acima apresentada pode ser lida da forma seguinte:

Na primeira coluna estão as entidades implicadas no estudo; na segunda estão elencados os entrevistados ou sujeitos de investigação; e na terceira coluna estão as funções exercidas pelos entrevistados no seio das suas entidades.

Tal como referido no ponto 2.2.1, para que fossem realizadas as entrevistas, recorremos ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social de Portugal (codificado como M1) e a uma instituição pública em São Tomé e Príncipe revestindo o nível orgânico de Ministério (codificado como M2). Recorremos igualmente, à duas Organizações Não Governamentais (ONG), (codificadas como ONG1 e ONG2) também

em São Tomé e Príncipe, que implementam alguns projetos de luta contra a pobreza existentes no quadro de parceria entre estes dois países.

Em termos de função, os sujeitos de investigação estavam investidos em cargos de direção e coordenação.

4.2. DADOS DAS ENTREVISTAS

Os dados qualitativos revelados pelas respostas às perguntas do guião de entrevista, a saber, P.1, P.2, P.3, P.4, P.5, P.6, P.7, foram objetos da análise de conteúdo.

Para Bardin (2006), (*apud* Silva, Andressa, 2017, p. 171) para ser feita a análise de conteúdo, é necessário se passar por uma fase composta por três etapas sendo ““a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, inferência e interpretação””.

No presente item, tomamos a P7 (*Acredita que, com a ajuda do governo português até 2030, São Tomé e Príncipe atingirá o objetivo de erradicação da pobreza extrema?*) como exemplo generalizável à todas as outras questões de ambos guiões para apresentar as categorias emergentes das respostas dos diferentes entrevistados.

No intuito de evitar que a leitura do trabalho seja fastidiosa, optamos por colocar no apêndice C as tabelas demonstrativas das categorias que se emergiram das demais questões, tendo sempre em atenção o guião de entrevista.

Assim, após termos seguido às recomendações de Bardin (2006) (*apud* Silva, Andressa, 2017, p. 171), por via da leitura das respostas dos entrevistados, procedemos à organização dos dados em forma de tabelas que, tal como referimos acima do presente item, trazemos para o corpo do texto o exemplo da P7.

Tabela 8 - Tratamento qualitativo de dados referentes à P7

Entrevistados	Respostas	Categorias emergentes
M1-E1	Ainda estamos longe cumprir alguns objetivos, porém, de qualquer forma, vai ser um desafio para São Tomé e Príncipe conseguir atingir todos os objetivos ou metas dos 17 ODS [...] Por outro lado, tem havido desenvolvimento em alguns desses indicadores, por exemplo, na área da educação, redução da mortalidade infantil, combate a algumas doenças como HIV, malária, mas ainda há muito por fazer	Ainda está longe, será um desafio
M-E2	Havendo uma melhor harmonização dos recursos disponíveis, sim. Pese embora, nem todos distritos estão ao mesmo nível, os Distritos mais afetados são Caué, Lobata e Lembá.	Sim
ONG1-E3	Acho que é possível erradicar a pobreza até 2030. E, se os projetos de porto de água profundas e do aeroporto se concretizarem vai se utilizar muitos recursos do mar, as famílias vão ter rendimento, as pessoas vão poder fazer investimentos em atividades geradoras de rendimento entre outros [...]	Sim
ONG2-E4	Não. Somente com a ajuda portuguesa, o país não sairá da pobreza extrema, até 2030. Entretanto, com a recorrência a outros parceiros e o desenvolvimento de estratégias para sustentabilidade desejada, o país poderá erradicar a pobreza extrema, até 2035, mas para isso, cada um terá que fazer a sua parte.	Não

Fonte: Elaborada pela autora com base no guião de entrevista

Tendo tomado a P7 como exemplo demonstrativo da forma como os dados foram tratados, importa igualmente, por uma questão meramente de sistematização, autonomizar a interpretação feita, como se segue:

Pela leitura que se pode fazer da tabela nº 8, percebe-se que em relação à P7 (*Acredita que, com a ajuda do governo português até 2030, São Tomé e Príncipe atingirá o objetivo de erradicação da pobreza extrema?*), pode-se constatar que São Tomé e Príncipe ainda está longe de cumprir os ODS. Por outro lado, tem havido desenvolvimento em alguns desses indicadores quando se fala dos mesmos, por exemplo, na área da educação, redução da mortalidade infantil, combate à algumas doenças como HIV, malária, mas ainda há muito por fazer. Também se acredita que há necessidade de haver uma harmonização dos recursos disponíveis.

4.2.1. DISCUSSÃO DOS DADOS GERAIS

As tabelas nºs 11, 12, 13,14,15 apresentados no apêndice C, espelham as categorias emergentes do tratamento qualitativo das P1, P2, P3, P4, P5, P6, respetivamente.

Deste modo, em função das principais categorias que se emergiram, passaremos a apresentar a interpretação feita relativa a cada uma das questões acima referenciadas.

Relativamente à P1 (A pobreza em São Tomé e Príncipe afeta grande parte da população. Do seu ponto de vista, quais são as razões para que tal facto se verifique?), pode perceber-se que os entrevistados globalmente elencaram como as principais causas para que a pobreza afete um número elevado da população, aspetos associados ao passado histórico, a insularidade do país, baixo nível académico, dependência económica, má distribuição de riqueza, famílias numerosas, fragilidade das instituições, entre outras.

No que concerne à P2 (Quais são as entidades e demais instituições que trabalham em parceria com esta instituição no propósito de erradicação da pobreza em São Tomé e Príncipe?), foram identificadas, no quadro do nosso estudo, entidades tais como, a Santa Casa da Misericórdia de São Tomé e Príncipe, ARCAR (Associação Para Reinserção das Crianças Abandonadas e em Situação de Risco), Projeto Integrado de Lembá, Caritas de São Tomé e Príncipe, OIT entre outros.

No que respeita às principais categorias que se emergiram da resposta dos entrevistados à P3 (Qual é o público-alvo a que se destinam os diversos projetos de luta contra pobreza em São Tomé e Príncipe financiados por Portugal? E porquê a escolha desses?), foi possível perceber que, grosso modo, os projetos de luta contra pobreza promovidos pelo governo português destinam-se aos grupos mais vulneráveis, a saber:

crianças e jovens em risco, pessoas portadoras de deficiência, idosos, jovens em busca do primeiro emprego ou de aperfeiçoamento profissional, mulheres, mães chefes de família e a camada mais vulnerável da população, concentrados no meio rural e no meio urbano.

Quanto à P4 (Existem obstáculos na implementação /execução desses projetos? Se sim, cite alguns), os entrevistados referiram que existem alguns obstáculos na implementação desses projetos de luta contra pobreza nomeadamente, a falta de absorção por parte das instituições, recusa da população em colaborar, falta de transportes, recursos limitados entre outros.

No que concerne à P5 (Como avalia os projetos de luta contra pobreza em São Tomé e Príncipe financiados pelo governo português?), constitui opinião dos entrevistados que os projetos têm sido positivos e vantajosos, não obstante os constrangimentos identificados no parágrafo anterior.

Relativamente à P6 (Pensa que os projetos financiados/geridos pelo governo português no âmbito da luta contra pobreza têm concorrido para o cumprimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável?), constitui opinião geral dos entrevistados que os projetos promovidos pelo PNUD no âmbito da luta contra pobreza em São Tomé e Príncipe têm concorrido para os objetivos do desenvolvimento sustentável, entretanto, o país deverá trilhar o caminho com mais empenho e colaboração de todos os atores da vida nacional.

4.3. ANÁLISE DOCUMENTAL

A análise documental feita baseou-se sobretudo, na leitura dos relatórios de execução dos dois projetos estudados no intuito de atendermos essencialmente aos objetivos específicos, nomeadamente, identificar dois projetos de luta contra a pobreza financiados e/ou executados pelo governo português, nos últimos quinze anos; identificar e proceder à caracterização dos beneficiários diretos (público-alvo) de tais projetos; e identificar as entidades e/ou parceiros implicados na implementação dos mesmos.

Assim, foi-nos possível organizar informações atinentes em forma de tabelas que se seguem:

• Projetos estudados

Tabela 9 - Projetos Estudados

Nº	Projeto	Período	Impacto apurado
1	Casa dos Pequenininos/ Cáritas de São Tomé e Príncipe	2008 até os dias atuais	<ul style="list-style-type: none"> ➤ 40 crianças apoiadas em regime de internato / ano ➤ 29 postos de trabalho apoiados / ano
2	Projeto de Desenvolvimento Integrado para o Distrito de Lembá	2002 até os dias atuais	<ul style="list-style-type: none"> ➤ 235 idosos apoiados / ano (20 no Lar, 65 em centro de dia e 150 ao domicílio) ➤ 40 crianças acolhidas em creche / ano ➤ 400 crianças que beneficiam de educação pré-escolar / ano ➤ 100 crianças que beneficiam de atividades socioeducativas (apoio escolar e atividades de tempos livres) / ano ➤ 30 beneficiários de formação em informática / ano ➤ 47 postos de trabalho apoiados / ano

Fonte: Adaptado a partir de: (Ministério do Trabalho Solidariedade e Segurança Social de Portugal, [s.d.], p. 1 e 2).

A Tabela nº 9 apresentada acima confere-nos indicação de dois projetos de luta contra a pobreza implementados pelo governo português nos últimos quinze anos, bem como os seus impactos aferidos por via da leitura dos respetivos relatórios de execução.

• Identificação e caracterização dos beneficiários

Tabela 10 - Identificação e caraterização dos beneficiários

Nº	Projeto	Beneficiários	Caraterização
1	Casa dos Pequenininos	Crianças abandonadas e em risco	crianças abandonadas e em situação de risco, provenientes de todos os distritos do país
2	Projeto de Desenvolvimento Integrado para o Distrito de Lembá	Idosos, crianças, jovens, mulheres	Analfabetismo, fracos rendimentos (cem a quinhentas mil dobras por dia; muitas vezes não têm rendimento diário algum); inexistência de salários fixos

Fonte: Adaptado a partir de: (Casa dos Pequenininos, 2010, p. 1 e 2)

A Tabela identifica os beneficiários do projeto, bem como as respetivas caracterizações socioeconómicas.

- **Identificação dos parceiros de implementação**

Os parceiros de implementação foram codificados, por razão de garantia do anonimato e confidencialidade em forma do M1, M2, ONG1 e ONG2, tal como consta do item 2.2.1. do capítulo de Metodologia.

5. CONCLUSÃO

Neste capítulo, apresentaremos as principais conclusões da investigação, as implicações do estudo, as limitações, bem como as sugestões para futuras investigações.

5.1. PRINCIPAIS CONCLUSÕES

O estudo visou encontrar resposta à questão de investigação, analisar as hipóteses levantadas e demonstrar se conseguimos ou não cumprir os objetivos propostos.

Sendo assim, podemos concluir, que para além do Estado são-tomense ter a necessidade de delinear as suas políticas internas em prol do objetivo de erradicação da pobreza em São Tomé e Príncipe, dever-se-á assegurar que os financiamentos angariados, devam ser utilizados de facto para os fins previstos e serem corretamente executados.

Em relação à questão de investigação (*Os projetos de luta contra a pobreza, devidamente identificados, implementados através da cooperação portuguesa, em STP, nos últimos quinze anos, revelaram-se eficazes em termos de resultado?*), após termos apresentado e discutido os resultados, podemos concluir o seguinte:

- As informações prestadas pelos entrevistados do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social de Portugal, do Ministério alvo de estudo, bem como das ONG's, dão-nos indicação de que a execução dos dois projetos de luta contra a pobreza identificados foi eficaz.

Contudo, esta informação qualitativa, em confronto com realidade económica e social observável, poderá sugerir que se os projetos executados foram eficazes, faltará eventualmente uma coordenação e integração de ações, suscetíveis de catapultar o país rumo à erradicação da pobreza.

- Se tomarmos como certa a ideia partilhada pelos entrevistados relativamente à eficácia da implementação dos projetos identificados, somos levados a concluir que é corroborada a primeira hipótese (Os projetos de luta contra a pobreza identificados revelaram-se eficazes), sendo refutada a segunda (Não obstante os esforços empreendidos e os recursos alocados, os projetos identificados não

cumpriram os objetivos para os quais foram concebidos, não sendo possível, por isso, reconhecer-lhes eficácia).

- Em função do que fica expresso nos pontos 1 e 2 do presente item (Principais Conclusões), podemos afirmar que foi atingido o objetivo geral da nossa investigação.
- De igual modo, quanto aos objetivos específicos, foi-nos possível cumulativamente identificar dois projetos específicos de luta contra a pobreza implementados com o apoio do governo português durante o período em apreço; identificar o público beneficiário de tais projetos, os parceiros implicados na luta contra a pobreza; e perceber, de acordo com as opiniões dos entrevistados as razões que subjazem a persistência do índice elevado de pobreza em São Tomé e Príncipe.
- A perceção das razões por que o índice de pobreza se mantém elevado em São Tomé e Príncipe não se deve, de modo algum, a ineficiência dos projetos implementados com o apoio do governo português, mas antes aos fatores estruturantes referidos pelos participantes, nomeadamente: a insularidade do país, elevada taxa de desemprego, baixo nível académico das populações, passado histórico, má distribuição de riqueza e famílias muito numerosas entre outras.

5.2. IMPLICAÇÕES DO ESTUDO

O resultado do nosso trabalho poderá ser tomado em consideração pelo Estado são-tomense, pelo governo português e por demais parceiros de luta contra a pobreza para reflexão e redimensionamento de novos projetos, criando condições para a superação dos constrangimentos que têm condicionado a apropriação dos projetos e benefícios previstos.

5.3. LIMITAÇÕES DO ESTUDO

O estudo realizado teve algumas limitações, sendo que a principal tem a ver com o facto de não termos conseguido integrar na amostra mais entrevistados, uma vez que, alguns se mostraram indisponíveis para participar.

Por razões económicas e devido as restrições impostas pelo COVID 19, não nos foi possível deslocarmos à São Tomé e Príncipe a fim de colhermos mais dados sobre os projetos no referido país.

5.4. SUGESTÃO PARA INVESTIGAÇÕES FUTURAS

De acordo com as limitações apresentadas no item 5.3, pensamos que os futuros estudos devem ultrapassar os constrangimentos citados e conseguir reunir o maior número de dados possíveis, a fim de realizar uma investigação mais abrangente e generalizável.

REFERÊNCIAS

- **Livros e capítulos de livros**

AMADO, L. (2014) - O Labirinto da Esperança. São Tomé: Editora Lousanense.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari K. (1994) - Investigação Qualitativa em Educação. Porto: Porto editora.

CABRITA, Cristiano (2019) - O vetor transatlântico da política externa portuguesa. Em Política externa portuguesa Contemporânea. 1.ª ed. Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa. ISBN 978-989-640-226-6.

COUTINHO, C. (2014) - Metodologia de investigação em Ciências Sociais e Humanas. Coimbra: Edições Almedina.

DICIONÁRIO da Língua Portuguesa. Porto: Porto Editora, 2008.

FREIRE, Maria Raquel; VINHA, Luís da (2011) - Política externa: modelos, actores e dinâmicas. In FREIRE, Maria, coord. (2011) - Política Externa: as relações internacionais em mudança. 2.ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. p. 13-53. [Consult. 25 nov. 2020]. Disponível em WWW:<URL: https://eg.uc.pt/bitstream/10316/41496/1/Pol%C3%ADtica%20externa_as%20rela%C3%A7%C3%B5es%20internacionais%20em%20mudan%C3%A7a.pdf>.

MENDES, F (2014) - Dicionário das Relações Internacionais. Porto: Edições Afrontamento.

PAVIA, José (2019) - O vector lusófono da política externa portuguesa. Em Política externa portuguesa Contemporânea. 1.ª ed. Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa. ISBN 978-989-640-226-6

SINGENS, Edite Mendes (2005) - Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento na Imprensa (1998-1999). Lisboa: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

TEIXEIRA, Nuno Severiano - Breve ensaio sobre a política externa portuguesa. Política Externa Portuguesa. 28 (dezembro 2010) 51-60.

VERÍSSIMO, Gilberto (2014) - A posição estratégica de Angola no Golfo da Guiné (contributo às políticas externa e de defesa). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

- **Referências eletrónicas**

AFONSO, Maria Manuela (s/d) - Cooperação para o desenvolvimento: o papel da ajuda no contexto africano. IN GONÇALVES, António Custódio, coord. - Africa Subsariana: globalização e contextos locais [Em linha]. Porto: FLUP. p. 33-43. V Colóquio Internacional globalização e contextos locais na África Subsariana, colóquio realizado de 3 a 4 de maio, na Faculdade de Letras da Univ. do Porto. [Consult. 18 mai. 2021]. Disponível em WWW:<URL: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6924.pdf>>.

AMARAL, Pedro; ALVES, Vágner (2015) - O processo decisório em política externa: a decisão da Colómbia de enviar tropas à Guerra da Coreia. Em XXVIII Simpósio nacional de história: lugares dos historiadores: velhos e novos desafios [Em linha]. Florianópolis SC: [s.n.]. [Consult. 18 mai. 2021]. Disponível em WWW:<URL: http://snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1426284607_ARQUIVO_ArtigoANPUH.pdf>.

BANCO MUNDIAL (2016) - Relatório Anual de 2016 [Em linha]. Washington: Banco Mundial. [Disponível em WWW:<URL: [doi: 10.1596/978-1-4648-0857-9](https://doi.org/10.1596/978-1-4648-0857-9)>.

CAMÕES - INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LÍNGUA (2016) - Atuação [Em linha]. Lisboa: Camões - Instituto da Cooperação e da Língua. [Consult. 25 nov. 2020]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.instituto-camoes.pt/activity/o-que-fazemos/cooperacao/atuacao>>.

CARVALHO, Anabela (1994) - Cooperação Portugal-PALOP no domínio da Comunicação social. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

CASA DOS PEQUENINOS (2010) - Programa de Cooperação entre o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social de Portugal e o Ministério do Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional de S. Tomé e Príncipe. [S.l.: s.n.].

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2007) - Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa [Em linha]. Lisboa: [s.n.]. [Consult. 25 nov. 2020]. Disponível em WWW:<URL:

https://www.cplp.org/Files/Filer/Documentos%20Essenciais/Estatutos_CPLP_REVLIS07.pdf.

COSTA, Fernanda (2008) - Pobreza e direitos humanos: da mera retórica às obrigações jurídicas - um estudo crítico sobre diferentes modelos conceituais. SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos [Em linha]. 5:9 (dez. 2008) 88-119. [Consult. 25 nov. 2020]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.readcube.com/articles/10.1590%2Fs1806-64452008000200006>>.

DECRETO-Lei n.º 05/2019: Orgânica dos Ministérios do XVII Governo Constitucional. São Tomé e Príncipe Diário Da República I Série. 41 (5 agosto 2019) 558-677.

GALITO, Maria Sousa (2019) - Ensaio sobre a Política Externa Portuguesa [Em linha]. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão. (Working Paper CEsa CSG; 176/2019). [Consult. 25 nov. 2020]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/17716/1/wp176.pdf>>.

GOMES, Hélder (2017) - A CPLP após a entrada da Guiné Equatorial [Em linha]. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa. [Consult. 18 nov. 2020]. Disponível em WWW:<URL: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/15277/1/helder_ferreira_gomes_diss_mestrado.pdf>.

NAÇÕES UNIDAS. Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental (2019) - Pobreza [Em linha]. Brussels: ONU. [Consult. 8 jun. 2021]. Disponível em WWW:<URL: <https://unric.org/pt/eliminar-a-pobreza/>>.

OLIVEIRA, Marcus Eduardo (2017) - A armadilha da pobreza na visão de Jeffrey Sachs. Dom Total [Em linha]. (02 fev. 2017). [Consult. 8 jun. 2021]. Disponível em WWW:<URL: <https://domtotal.com/diario-de-bordo/943/2017/02/a-armadilha-da-pobreza-na-visao-de-jeffrey-sachs/>>.

OLIVEIRA, V.; MARTINS, M.; VASCONCELOS, A. (2012) - Entrevista em profundidade na pesquisa qualitativa em administração: pistas teóricas e metodológicas. In SIMPOI 2012 - XV Simpósio de Administração da Produção e Operações Internacionais [Em linha]. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas. [Consult. 18 mai. 2021]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.coursehero.com/file/40316782/entrevista-em-profundidadepdf/>>.

PEREIRA, Pedro (2018) - A Política Externa Portuguesa [Em linha]. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros. [Consult. 18 mai. 2021]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/politica-externa/politica-externa>>.

PINHEIRO, João (1988) - Grandes eixos da Política Externa no Portugal de hoje. Nação e Defesa. 13:45 (janeiro-março 1988) 11-36.

PINTO, R. (2017) - A relação entre a motivação dos funcionários e a produtividade da empresa Caso de uma operadora de telecomunicação em São Tomé e Príncipe. São Tomé: Universidade Lusíada de São Tomé e Príncipe.

PORTUGAL; REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE (2016) - Programa Estratégico de Cooperação Portugal - São Tomé e Príncipe 2016-2020 [Em linha]. São Tomé: [s.n.]. [Consult. 18 mai. 2021]. Disponível em WWW:<URL: https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/PEC_STP_2016-2020.pdf>.

PORTUGAL. Gabinete de Estratégia e Planeamento (2020) - Cooperação Bilateral [Em linha]. Lisboa: Instituto de Informática. [Consult. 25 nov. 2020]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.gep.mtsss.gov.pt/cooperacao-bilateral>>.

PORTUGAL. Governo Constitucional, XXI - Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social visita São Tomé e Príncipe [Em linha]. Lisboa: Governo da República Portuguesa. [Consult. 18 fev. 2021]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/noticia?i=ministro-do-trabalho-solidariedade-e-seguranca-social-visita-sao-tome-e-principe>>.

PORTUGAL. Ministério do Trabalho Solidariedade e Segurança Social; REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Ministério do Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional (s.d.) - Programa de Cooperação entre o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social de Portugal e o Ministério do Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional de S. Tomé e Príncipe: Ficha-sumário de Projeto. Lisboa: GEP – MTSSS. Documento interno.

QUILES, Sérgio, org. (2019) – Metodologia científica: pesquisa de estudo de caso [Em linha]. [S.l.]: Metodologia Científica. [Consult. 3 ago. 2021]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.metodologiacientifica.org/tipos-de-pesquisa/pesquisa-estudo-de-caso/>>

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE (2020) - Grandes Opções do Plano 2021. [S.l.: s.n.]. Documento interno.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, Governo Constitucional XVII (2018) - Programa do XVII Governo Constitucional 2018/2022. São Tomé e Príncipe: [s.n.]. Documento interno.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Governo (2015) - Agenda de Transformação no horizonte - 2030 Conferência Internacional dos Investidores e Parceiros de desenvolvimento [Em linha]. Londres: Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe. [Consult. 24 mar. 2021]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.apcistp.com/admin/files/content/366c561b-4a1d-49c2-9f6a-c3f8ceb474c6.pdf>>.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Instituto Nacional de Estatística (2020) - Perfil da Pobreza com base no Inquérito de Orçamento Familiar de 2017 [Em linha]. São Tomé e Príncipe: INE STP. [Consult. 4 jun. 2021]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.ine.st/phocadownload/userupload/Documentos/Inqu%C3%A9ritos/Inqu%C3%A9rito%20aos%20Or%C3%A7amentos%20Familiars%20IOF/Inquerito%20aos%20orcamentos%20familiares%202017.pdf>>.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Ministério do Emprego e Assuntos Sociais; PORTUGAL. Ministério do Trabalho Solidariedade e Segurança Social (2018) - Programa de Cooperação entre o Ministério de Trabalho, Solidariedade e Segurança Social de Portugal e o Ministério do Emprego e Assuntos Sociais de São Tomé e Príncipe para o período 2016-2020: Acordo de parceria para a administração e gestão do Centro de Formação Profissional de São Tomé e Príncipe (BUDO-BUDO). Lisboa, São Tomé: [s.n.]. Documento interno.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades. Direção da Cooperação Internacional (2018) - Ponto de situação das relações entre São Tomé e Príncipe e Portugal. [S.l.: s.n.]. Documento interno.

SATO, Eiti (2010) - Cooperação internacional: uma componente essencial das relações internacionais. RECIIS: Revista Eletrônica de Comunicação Informação & Inovação em

Saúde [Em linha]. 4:1 (2010). [Consult 25 mar. 2021]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/698>>.

SAUTER, Betina (2017) - Política Externa e interesse nacional: a parceria estratégica nas relações do sistema internacional. Revista de análise internacional. (2017) 49–64.

SILVA, Andressa H. [et al.] (2017) - Análise de conteúdo: Fazemos o que dizemos? Um levantamento de estudos que dizem adotar a técnica. Revista Eletrónica Conhecimento Interativo [Em linha]. 11:1 (2017). [Consult 25 mar. 2021]. Disponível em WWW:<URL: <http://app.fiepr.org.br/revistacientifica/index.php/conhecimentointerativo/article/view/223>>.

TELES, Felício (2013) - A diplomacia pública no contexto das Organizações Internacionais – O caso da CPLP [Em linha]. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. [Consult 17 mai. 2021]. Disponível em WWW:<URL: https://recil.grupolusofona.pt/jspui/bitstream/10437/5228/1/Felicio_Teles_Disserta%a7%a3o.pdf>.

THE WORLD BANK GROUP (2020) - São Tomé e Príncipe: aspectos gerais [Em linha]. Washington: The World Bank Group. [Consult. 16 jan. 2021]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.worldbank.org/pt/country/saotome/overview>>.

- **Jornais**

AGÊNCIA LUSA (2019) - São Tomé e Príncipe assume posição 95 em 162 no desenvolvimento sustentável. Sapo [Em linha]. (12 set. 2019). [Consult. 18 mai. 2021]. Disponível em WWW:<URL: https://www.sapo.pt/noticias/tecnologia/sao-tome-e-principe-assume-posicao-95-em-162-_5d79a979fdee9d7d4f761db9>.

FRANCE. Ministère de l'Europe et des Affaires Étrangères (2018) - Présentation de Sao Tomé-et-Principe [Em linha]. Paris: Ministère de l'Europe et des Affaires Étrangères. [Consult. 2 ago. 2021]. Disponível em: [/www.diplomatie.gouv.fr/fr/dossiers-pays/sao-tome-et-principe/presentation-de-sao-tome-et-principe/](http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/dossiers-pays/sao-tome-et-principe/presentation-de-sao-tome-et-principe/)>.

GRAÇA, Ramusel (2018) - São Tomé e Príncipe: Governo toma posse na segunda-feira. DW [Em linha]. (30 nov. 2018). [Consult. 15 mai. 2021]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.dw.com/pt-002/s%a3o-tom%a9-e-pr%adncipe-governo-toma-posse-na-segunda-feira/a-46531618>>.

JORNAL ECONÓMICO (2016) - 800 milhões de pessoas ainda vivem abaixo do limiar da pobreza. Jornal Económico [Em linha]. (3 out. 2016). [Consult. 4 jun. 2021]. Disponível em WWW:<URL: <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/800-milhoes-pessoas-ainda-vivem-do-limiar-da-pobreza-74174>>.

LUSA (2016) - Banco Mundial: Cerca de 800 milhões de pessoas vivem em pobreza extrema. RTP Notícias [Em linha]. (2 out. 2016). [Consult. 4 jun. 2021]. Disponível em WWW:<URL: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/banco-mundial-cerca-de-800-milhoes-de-pessoas-vivem-em-pobreza-extrema_n951221>.

PÚBLICO (2013) - Mandela, nas suas palavras. Público [Em linha]. (6 dez. 2013). [Consult. 2 ago. 2021]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.publico.pt/2013/12/06/mundo/noticia/mandela-nas-suas-palavras-1615276>>.

APÊNDICES

LISTA DE APÊNDICES

- Apêndice A** - Consentimento informado.
- Apêndice B** - Guião de entrevista
- Apêndice C** - Tratamento qualitativo de dados

APÊNDICE A

Consentimento informado

CONSENTIMENTO INFORMADO

Excelência,

Chamo-me Luzia Silva, estudante finalista do Mestrado em Relações Internacionais, pela Universidade Lusíada de Lisboa.

No âmbito da realização da dissertação, como parte dos requisitos exigidos para a conclusão do mestrado referido, optei por desenvolver uma pesquisa científica sob o título “Um olhar sobre a cooperação portuguesa para a redução da pobreza em São Tomé e Príncipe. Estudo de caso de projetos”, cujo resultados serão utilizados unicamente para fim curricular.

Neste sentido, gostaria de contar com a disponibilidade de V. Exa. para participar neste trabalho, sendo certo que a sua colaboração seria de extrema valia para o sucesso do mesmo. Gostaria, igualmente, de informar que serão assegurados a confidencialidade e o anonimato do entrevistado, ou seja, o seu nome nem quaisquer outros elementos passíveis de o/a identificar não serão associados ao trabalho.

A entrevista a ser realizada é composta por 7 perguntas e ficaria muito agradecida se pudesse responder a todas. Contudo, se assim entender, pode optar por não responder a uma ou mais questões.

Lisboa, 5 de abril de 2021

A Entrevistadora

O Entrevistado

(Luzia dos Ramos Silva)

APÊNDICE B

Guião de Entrevista

B Guião de Entrevista

P1	A pobreza em São Tomé e Príncipe afeta grande parte da população. Do seu ponto de vista, quais são as razões para que tal facto se verifique?
P2	Quais são as entidades e demais instituições que trabalham em parceria com esta instituição no propósito de erradicação da pobreza em São Tomé e Príncipe?
P3	Qual é o público-alvo a que se destinam os diversos projetos de luta contra pobreza em São Tomé e Príncipe financiados por Portugal? E porquê a escolha desses?
P4	Existem obstáculos na implementação/execução desses projetos? Se sim, cite alguns.
P5	Como avalia os projetos de luta contra pobreza em São Tomé e Príncipe financiados pelo governo português?
P6	Pensa que os projetos financiados por Portugal em São Tomé e Príncipe no âmbito da luta contra pobreza têm concorrido para o cumprimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável?
P7	Acredita que, com a ajuda do governo português até 2030, São Tomé e Príncipe atingirá o objetivo de erradicação da pobreza extrema?

APÊNDICE C

Tratamento qualitativos de dados

Tabela 11 - Tratamento qualitativo de dados referentes à P1

P1-A pobreza em São Tomé e Príncipe afeta grande parte da população. Do seu ponto de vista, quais são as razões para que tal facto se verifique?		
Entrevistados	Respostas	Categorias emergentes
M1-E1	<p>Sim. Há uma grande incidência da pobreza em São Tomé e Príncipe, acima de 60%. As razões são um conjunto de muitas razões. Temos que falar primeiro sobre o percurso histórico de São Tomé e Príncipe. Não podemos desligar das questões sociais, políticas e históricas de São Tomé e Príncipe. Foi um país forjado por tráficos de pessoas e pelo colonialismo português que, durou séculos e isso, criou condições que são pouco favoráveis ao desenvolvimento deste país. O objetivo do regime colonial não era de desenvolver os países, era de extrair os recursos. Isso acabava por enriquecer uma elite acima da opressão e exploração da população. Em São Tomé e Príncipe e em outros países que foram alvos de processos históricos idênticos, uma sociedade escravagista criada por pessoas escravizadas e repito, exploração. Portanto, esse período foi muito longo e terminou a pouco tempo. Isso explica em parte, a situação atual que se vive ali. Também há uma questão que se prende a situação geográfica de São Tomé que é um Estado insular que faz com que seja um país com uma grande dependência externa com uma economia frágil, pouco diversificada muito dependente de alguns produtos (cacau, café, óleo de palma...), vulnerável aos choques externos. A economia são-tomense é dependente da ajuda externa, São Tomé ainda não tem a capacidade de gerar riqueza, sustentar o seu</p>	Muitas razões

	<p>orçamento de Estado, depende de doadores. Isso causa constrangimento a qualquer país, a dependência. Há também outra parte que temos que frisar que tem a ver com a estabilidade política. Desde que começou o multipartidarismo até ao governo da ADI não houve um único governo que tivesse chegado ao fim da legislatura. Isso também cria condições pouco favoráveis para que um país se desenvolva, mas aí já houve melhorias.</p> <p>Mas também há uma fragilidade institucional. São Tomé e Príncipe continua a ter instituições muito frágeis onde falta recursos, atividades, pessoas com mais qualificação. Há grupos de pessoas qualificadas que fazem a formação fora de São Tomé, mas depois acabam por não regressar porque não veem perspectiva para um futuro promissor no seu próprio país, o que é uma pena porque muitas vezes são pessoas com muita competência que poderiam dar contributo ao desenvolvimento do país, mas eu também entendo que essas pessoas também quando projetam o seu futuro no seu país também não veem forma de o realizar. Há também a relação com as instituições financeiras internacionais, há a linha de crédito que São Tomé e Príncipe tem com a FMI que por um lado pode parecer uma ajuda, por outro, tem contrapartidas. O FMI ao emprestar dinheiro a São Tomé e Príncipe ou a qualquer país exigem contrapartidas em forma de políticas que muitas vezes são políticas de análises para o interesse do próprio país: de abertura de mercados à concorrência externa, privatização de sectores de economia. Todas essas políticas acabam por promover</p>	
--	--	--

	<p>mais desigualdade do que aquela que já existe. Haverá de certo outros fatores, no entanto são esses que me ocorrem de momento.</p>	
M-E2	<p>A má distribuição da riqueza e famílias muito numerosas. Atento aos níveis de vida registado nas ilhas de STP caso houvesse uma distribuição equitativa de riqueza, e o acesso aos serviços básicos de saneamento do meio para toda a população, a pobreza não estaria ao nível em que se verifica no País.</p>	<p>Má distribuição de riquezas, família numerosas e outros...</p>
ONG1-E3	<p>Bem, do meu ponto de vista, a pobreza no país depende um pouco do próprio nível de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe, tendo em conta que para combatermos a pobreza é necessário criarmos riqueza. Depois do sistema colonial, o país herdou algumas empresas agro pecuárias que foram para a gestão do Estado, e infelizmente, tendo em conta a fraca experiência que o próprio país tinha em termos de recursos humanos para a gestão dessas empresas, podemos dizer que, em certa altura elas entraram em falência e, com isto, o sistema organizativo desapareceu e muitos assalariados na altura foram para o desemprego e, com a falta de emprego recursos financeiros para que as famílias pudessem implementar atividades geradoras de rendimento, grande parte delas caíram na pobreza.</p>	<p>Vários fatores</p>
ONG2-E4	<p>São vários os fatores: o primeiro que indicaria é a educação base, o segundo é o problema económico, problema também a nível governamental em vários aspetos, o governo tem que ser virado para a transformação de São Tomé e Príncipe, tem que se basear no</p>	<p>Vários fatores</p>

	<p>que existe em São Tomé e Príncipe e, então florar esse trabalho para a diminuição da pobreza. Indicaria também o problema sócio cultural, muitas famílias em São Tomé e Príncipe, desde que as raparigas atinjam a idade de dezasseis anos por exemplo, já acham que ela tem que sair da casa dos pais, já com os rapazes é diferente. Então, essas raparigas ao saírem da residência dos pais e formarem as suas famílias, já formam um lar deficiente porque elas são muito novas, na verdade são crianças que não têm noção das coisas, ela está desprovida de muitos meios: meios de estudo, de como governar uma casa, entre outros, e são desses fatores que vamos buscar a pobreza. Também podemos acrescentar desemprego, salário baixo, má governação, falta de estratégias para o desenvolvimento da economia, fraca capacidade do setor privado, ausência de pequenas indústrias de transformação, etc.</p>	
--	---	--

Fonte: Elaborada pela autora com base no guião de entrevista

Tabela 12 - Tratamento qualitativo de dados referentes à P2

P2-Quais são as entidades e demais instituições que trabalham em parceria com esta instituição no propósito de erradicação da pobreza em São Tomé e Príncipe?

Entrevistados	Respostas	Categorias emergentes
M1-E1	<p>O nosso principal parceiro institucional é o nosso Ministério homólogo. Outras estão entre organização da sociedade civil, a Santa Casa da Misericórdia de São tome e Príncipe, ARCAR, Projeto Integrado de Lembá, Cáritas de São Tome e Príncipe. Nós também temos aqui no Ministério português, um projeto no âmbito da OIT que é um projeto financiado pelo nosso</p>	Vários

	<p>Ministério e executado pela Organização Internacional do Trabalho que se chama Exon Portugal que é um projeto de reforço dos sistemas de proteção social dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor-Leste. É um projeto que tem os países parceiros como beneficiários. São Tomé também é um país parceiro desse projeto que é um projeto da área da proteção social que beneficia desse projeto também para melhorar o seu sistema de segurança social e para alargar a cobertura da sua Segurança Social, alargar a cobertura a mais grupos, por exemplo, foi através desse projeto, que se está a trabalhar no sentido de enquadrar os trabalhadores por conta própria em São Tomé, para serem enquadrados na Segurança Social. Ou seja, para terem a proteção da Segurança Social, e outra preocupação é estender a um conjunto de trabalhadores da economia informal, grupo este que, é muito comum em São Tomé Príncipe. Portanto, sabemos que as pessoas do sector informal não têm essa proteção que lhes permita ter uma reforma na velhice, rendimento em forma de pensões por exemplo.</p> <p>Sendo assim, gostaria de também incluir a OIT como um grande parceiro.</p> <p>O próprio Estado são-tomense também co- financia embora, em um nível limitado pagando, por exemplo, salários as pessoas que fazem parte desses projetos. Não necessariamente o Ministério de São Tomé como também o Ministério da Educação em caso de projetos que envolvam jardins infantis.</p>	
<p>M-E2</p>	<p>No que concerne as instituições que concorrem para a erradicação da pobreza no País, posso unicamente avançar que são poucas. Todavia, existem sim várias iniciativas</p>	<p>Vários</p>

	<p>governamentais e privadas que trabalham para a inclusão social das populações mais vulneráveis. Nomeadamente, os programas/projetos sociais geridos pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade, Família e da Formação Profissional, e os projetos privados como fundações que trabalham mais na vertente da inclusão social. Esta distinção, é importante reiterar uma vez que os programas que visam a inclusão social vão de encontro a erradicação da pobreza, uma vez que, constituem as bases para a melhor rentabilização da fraca economia familiar, permitindo a inclusão familiar no escalão mínimo social (pessoas/famílias que fazem pelo menos uma refeição por dia), os beneficiários saíam das condições de vulnerabilidades em que se encontram. Enquanto que, para a erradicação da pobreza era crucial definir a pobreza e aí sim, trabalhar com o público em função da definição da pobreza. “Pessoas que vivem com menos de 1 euro por dia” caso de STP essas pessoas até tendem a ter outras formas de subsistência.</p>	
<p>ONG1-E3</p>	<p>Nós não trabalhamos com muitas ONG`s, trabalhamos mais com instituições. Temos o Ministério da Agricultura, das Infraestruturas, Ministério da Saúde (porque a doença também leva a pobreza).</p> <p>E como ONG`s temos: a Cruz Vermelha de São Tomé e Príncipe, Zatona Adil, e STEP.</p>	<p>Muitas</p>
<p>ONG2-E4</p>	<p>As instituições que com o essa organização trabalha para a erradicação da pobreza em S.Tomé e Príncipe são: Direção de Proteção Social, Leigos para o Desenvolvimento, Santa Casa de Misericórdia, Banco Mundial, OIT, Cooperação Portuguesa.</p>	<p>Muitas</p>

Fonte: Elaborada pela autora com base no guião de entrevista

Tabela 13 - Tratamento qualitativo de dados referentes à P3

P3 - Qual é o público-alvo a que se destinam os diversos projetos de luta contra pobreza em São Tomé e Príncipe financiados por Portugal? E porquê a escolha desses?		
Entrevistados	Respostas	Categorias emergentes
M1-E1	<p>Há um grande número de pessoas em situação de pobreza em São Tomé e Príncipe, portanto, não conseguimos dar resposta a todos. No âmbito da luta contra a pobreza, apoiamos pessoas ou grupos sociais mais vulneráveis. Daí, termos escolhidos algum grupo: crianças ou jovens em situação de risco e idosos (há um fenómeno de abandono e maus-tratos de idosos como sabe, e pessoas com deficiência. Nesse grupo, em que esse projeto não tem tanta centralidade. Nas outras intervenções, temos outros grupos como pessoas com idade ativa mesmo que não estando em situação de pobreza, por exemplo, pessoas que frequentam o Centro do Budo-Budo.</p>	Crianças ou jovens em risco, idosos entre outros...
M-E2	<p>O público-alvo destes projetos são crianças, jovens e jovens em busca do primeiro emprego ou de aperfeiçoamento profissional.</p> <p>Crianças, atentos as vulnerabilidades das famílias face a pobreza, elas acabam muitas vezes por serem abandonadas nas ruas, muitas delas abandonam as escolas e voltam para a agricultura, prostituição e outras práticas menos lícitas como forma de sobrevivência ou de apoio a criação do irmão mais novo.</p> <p>Jovens, estes porque muitos terminam os estudos não conseguem prosseguir a formação fora do país, então</p>	Crianças e jovens

	<p>passa por formações como forma de conseguir trabalhar e ter o seu próprio rendimento.</p> <p>Jovens em busca de aperfeiçoamento profissional, estes muitos não concluem os estudos básicos e começam muito cedo a trabalhar uma vez que constituem família. Para estes casos, passam por formações profissionais para melhorar os conhecimentos nas áreas em que trabalham.</p>	
ONG1-E3	<p>O nosso público-alvo são as crianças em situação de abandono (são o nosso foco) mas, também fazemos sensibilização, e trabalhamos com os militares, prisioneiros entre outros. E, por isso, de uma forma em geral, toda população é alvo dos dois projetos.</p>	<p>Criança, militares, prisioneiros</p>
ONG2-E4	<p>O público-alvo a que se destina esses projetos de luta contra pobreza são: Jovens, mulheres, mães chefes de família, idosos, e a camada mais vulnerável da população, concentrados no meio rural e no meio urbano. A escolha desses deve-se a vulnerabilidade dos mesmos.</p>	<p>Jovens, chefes de família, idosos entre outros</p>

Fonte: Elaborada pela autora com base no guião de entrevista

Tabela 14 - Tratamento qualitativo de dados referentes à P4

P4 - Existem obstáculos na implementação/execução desses projetos? Se sim, qual é ou quais são?		
Entrevistados	Respostas	Categorias emergentes
M1-E1	<p>Acho que ainda estão por inventar projetos que não tenham obstáculos na implementação. Não é fácil trabalhar com crianças e jovens em risco, são pessoas que sofreram abandono, maus-tratos físico, psicológicos entre outros. Não é fácil no ponto de vista humano e no ponto de vista técnico e, portanto, nem sempre é fácil implementar esses projetos. Na maior parte nem estamos a falar de projetos, porque um projeto é uma intervenção que está circunscrita no tempo, com recursos limitados e objetivos específicos. Neste caso, estamos a falar de respostas sociais e as respostas sociais não têm que ser permanentes, são resposta de longa duração, enquanto houver crianças em abandono, e situação de maus-tratos e risco, vai ser sempre necessário haver respostas sociais para essas crianças. Isso seria um obstáculo ou um desafio, ou seja, como prevenir como fazer com que essa necessidade que subjaz a necessidade de implementar essas respostas sociais. Nós trabalhamos com as instituições para que trabalhem também no âmbito da prevenção, reintegração social destas crianças para que tenham possibilidade e se formar, tenham acesso a educação, formação profissional entre outros.</p> <p>Outro ponto, é que em qualquer projeto os recursos</p>	Vários

	<p>são sempre finitos, isso também é um obstáculo que eu acho que é comum a qualquer projeto. Há um esforço grande que a cooperação portuguesa nomeadamente o nosso Ministério faz para financiar esses projetos, mas os recursos são limitados.</p>	
M-E2	Não.	Não
ONG1-E3	<p>Podemos dizer que, do nosso lado não temos tantas dificuldades, tendo em conta que as condições para implementações de atividades, são garantidas pelo financiamento dos projetos, por isso, temos todos apoios das implementações desses projetos. Como são projetos ligados à saúde entre outros, trabalhamos com instituições ligadas a essas áreas em cada distrito.</p> <p>Todavia, temos alguns obstáculos no que toca a chegar as pessoas, o grande constrangimento com que nos deparamos é com os meios rolantes, apesar do governo português financiar as atividades, há uma parte que tem que ser garantida pelo Estado são-tomense que são os meios rolantes. Chegar ao nosso grupo-alvo, principalmente nas comunidades, exige meios de transportes e quando solicitamos os transportes, as instituições para que elas coloquem a disposição da campanha, isto não se verifica, alegam que têm suas atividades que podem ficar comprometidas e, isto, condiciona os nossos trabalhos. O governo português faz a sua parte, mas as instituições deixam a desejar.</p>	Não muitas

ONG2-E4	Falta de maior engajamento e coordenação por parte dos governos, talvez por falta de recursos.	Sim
----------------	--	-----

Fonte: Elaborada pela autora com base no guião de entrevista

Tabela 15 - Tratamento qualitativo de dados referentes à P5

P5 - Como avalia os projetos de luta contra pobreza em São Tomé e Príncipe financiados pelo governo português?		
Entrevistados	Respostas	Categorias emergentes
M1-E1	Há uma avaliação pelo lado positivo e vou começar por aí. Esses projetos contribuem para criar uma rede que garanta alguma proteção social a esses grupos vulneráveis, ou pelo menos, minimizar a pobreza de que são alvo. Depois o lado dos problemas, esses projetos têm um alcance limitado.	Tem os seus aspetos positivos e negativos
M-E2	São bons, todavia, quero salientar que estão divididos pelos ministérios do Trabalho e o Ministério da Saúde não consigo responder	São bons
ONG1-E3	Considerando que o governo português é um parceiro direto, se o nosso governo, as instituições absorvessem mais os projetos, estaríamos a um nível mais elevado.	Poderíamos estar no nível mais elevado
ONG2-E4	São de certa forma consideráveis, pois abrange áreas como formação para jovens e não só (desenvolvimento de competências), proteção aos idosos através da Santa Casa da Misericórdia, acolhimento de meninos da rua através do ARCAR, e proteção dos mais pequenos através da Casa dos Pequenininos e ajuda monetária às famílias sem recursos, ou seja, às famílias	Consideráveis

	vulneráveis. O outro fator considerável está ligado a disponibilização de ações de formação através do Centro de Formação Profissional de São Tomé e Príncipe (CFP-STP).	
--	--	--

Fonte: Elaborada pela autora com base no guião de entrevista

Tabela 16 - Tratamento qualitativo de dados referentes à P6

P6 - Pensa que os projetos financiados/geridos pelo PNUD no âmbito da luta contra pobreza têm concorrido para a cumprimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável?		
Entrevistados	Respostas	Categorias emergentes
M1-E1	<p>Sim. Um dos objetivos é que essas intervenções concorram para a agenda 2030. Acho que têm dado um contributo para aqueles ODS: o da erradicação da pobreza, da fome e educação. Esses tipos de projetos alcançam um conjunto intervenção social diversificado. Dão apoio alimentar, na área da saúde, educação. Esses projetos contribuem para o alcance desses objetivos. No caso, por exemplo, do Centro Profissional, contribui para o alcance do objetivo 8 que é o de trabalho digno, emprego e crescimento económico. Em suma, diria que sim concorre, para o alcance dos ODS.</p>	Sim
M-E2	Em partes sim, nomeadamente	Em partes, sim

	os objetivos 1. 3. 6. 8. 10, 11.	
ONG1-E3	Sim, têm concorrido. Esses projetos têm proporcionado desenvolvimento ao país.	Sim
ONG2-E4	Sim. Têm concorrido, o problema é que depois do financiamento de um certo projeto, o governo deve continuar com o trabalho, o que tem acontecido é que o governo português financia um projeto e depois do fim do mesmo, ou após o governo português se retirar, o governo não dá continuidade, então o projeto termina por ali. Resumindo, os projetos têm concorrido sim para o desenvolvimento sustentável, mas devem ser assumidos pelo nosso governo. Portanto, torna-se imperioso pela parte Governamental estudar e adotar estratégias para a sustentabilidade futura desses projetos.	Sim

Fonte: Elaborada pela autora com base no guião de entrevista

